

DRAFT

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Mandato 2013-2017

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM TRINTA E UM DE MAIO DE DOIS MIL E DEZASSEIS

ATA NÚMERO CENTO E NOVE

Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária.

Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais:

Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Luís Manuel Inês Cavaco, Susana Maria da Costa Guimarães, Igor Boal Roçadas, Rosa Lourenço, Ana Paula da Silva Viseu, Miguel Martins Agrochão, Nuno Ricardo

DRAFT

Dinis de Abreu, Sandro Daniel Gonçalves dos Santos Araújo, Fernando Oliveira Gonçalves, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Sara Diana de Campos Leiria Goulart de Medeiros, Francisco Vasconcelos Maia, Ricardo Filipe Barbosa Santos, João Nuno Farmhouse de Castro e Athayde de Carvalhosa, Gabriel Maria Baptista Fernandes, João Freire de Andrade, Luís Graça Gonçalves e Patricia de Oliveira Caetano Barata,-----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----

----- Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira.-----

-----Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Francisco Vasconcelos Maia.-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço. --

----- Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu.-----

----- Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Igor Boal Roçadas.-----

----- Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Manuel Inês Cavaco.-----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães.-----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Ricardo Filipe Barbosa Santos.-----

----- Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Belém, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal João Nuno Farmhouse de Castro e Athayde de Carvalhosa.-----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves.-----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patricia de Oliveira Caetano Barata.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Miguel Agrochão.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sara Goulart Medeiros.-----

DRAFT

----- Ricardo Amaral Robles (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade Carvalho. -----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz. -----

----- João Diogo Santos Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Freire de Andrade. -----

----- Maria Luisa de Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Fernando Oliveira Gonçalves.-----

----- Ana Luisa Flores de Moura e Regedor (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Sandro Daniel Gonçalves dos Santos Araújo. -----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 35/2016, de 24 de maio de 2016, foi justificada a falta do Deputado Municipal, por inerência, de Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira (PSD) – Presidente da Junta de Freguesia de Estrela, à 104ª Reunião da AML (2ª reunião da 2ª Sessão Ordinária) realizada em 26 de abril de 2016 e também foram justificadas as faltas dos seguintes Deputados Municipais: Deputado Municipal Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS), Deputado Municipal, por inerência, Davide Miguel dos Santos Amado (PS) – Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara e do Deputado Municipal Carlos José Pereira da Silva Santos (PCP), à 105ª reunião (68ª Sessão Extraordinária) realizada em 3 de maio de 2016. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente da CML Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Catarina Albergaria, José Sá Fernandes, Madalena Teixeira e Rui Franco. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Gonçalves Pereira, Carlos Moura e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e dezasseis minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Representantes da Câmara, Vereadores, ainda, não temos o Senhor Vice-presidente aqui, mas já temos Vereadores. Portanto, eu pedia para ocuparem os vossos lugares, pedia aos meus Ilustres Secretários para ocuparem os vossos lugares....ainda, não há quórum, isto foi um rebate falso. Peço desculpa. -----

----- Senhores Deputados, agora sim, temos quórum na assistência, mas não na Mesa, a Mesa está sem Secretários. Muito bem, aí vêm eles. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, vamos, então, dar início aos nossos trabalhos. ---

----- Cumprimentá-los a todos, e os avisos que eu costumo dar, normalmente, no início da sessão. -----

----- Em primeiro lugar informar que já recebemos um parecer do Departamento Jurídico da Câmara sobre o Projeto Regulamento do Arvoredo, que está em apreciação na 4ª Comissão, à espera deste parecer. E, portanto, já temos o parecer

DRAFT

pedido à Câmara, falta o parecer que pedimos à ANAFRE, porque isto era um programa de conflito de competências entre município e freguesias, e nós resolvemos pedir o parecer à ANAFRE para nos dizer o ponto de vista das freguesias. O Senhor Presidente da ANAFRE confirmou-me que irão dar o parecer mas, ainda, não o tenho. Portanto, o ponto de situação relativamente a este Regulamento do Arvoredo é que temos um dos pareceres que acaba de chegar, falta o outro. -----

----- Ponto de situação de uma proposta que já aqui, estive e que voltou para trás porque não estava em condições de ser aprovada relativa às despesas de representação dos dirigentes da Câmara. Foi pedido um parecer ao Departamento Jurídico da Câmara que já foi entregue, foi distribuído, e decidiu-se na 1ª Comissão pedir um outro parecer e foi pedido um parecer ao Dr. Freitas do Amaral e esse parecer, também já chegou. Portanto, eu vou fazê-lo distribuir amanhã, para todos os Representantes e para todos os membros da Comissão, para resolvermos e fecharmos esta questão relativa às despesas de representação dos dirigentes da Câmara. -----

----- Finalmente, relativa à questão da Fontes Pereira de Melo, vieram dois pareceres preliminares do Engenheiro Appleton, especialista em estruturas, e chegou no fim de semana o último parecer do Engenheiro Appleton. Já foram distribuídos aos Presidentes da 1ª e 3ª Comissões, e eu pedi aos Senhores Presidentes para promoveram a distribuição pelos membros das duas Comissões, eu irei promover a distribuição aos Representantes, ou seja, as propostas da Fontes Pereira de Melo, em princípio, também estarão em condições de obter uma decisão final da 1ª e da 3ª Comissão, e poderem vir a ser agendadas. -----

----- Isto é importante porque nós vamos ter para a semana, uma sessão extraordinária com aquilo que estiver pronto para ser apreciado. Não há nenhum calendário específico a cumprir, mas na outra semana a seguir, dia catorze de junho, não temos sessão. -----

----- Lembro aos Senhores Deputados que no dia treze é o feriado municipal, segunda-feira, dia de Santo António, no domingo é o dia das Marchas Populares e dos festejos, e os Senhores Deputados devem receber um convite que vem da EGEAC para assistir às Marchas na Tribuna A, e serão enviados, depois, convites do protocolo da Câmara, não sei exatamente para quem, mas costuma ser para os Representantes, os Presidentes das Comissões não sei qual será o critério do protocolo, mas enviarão convites para as Marchas e para as cerimónias do Santo António, diretamente, pelo protocolo da Câmara. -----

----- O convite que vos está a ser enviado, neste momento, é um convite pessoal, enviado pela EGEAC, igual para todos os Senhores Deputados, sem distinção, e não é para a Tribuna VIP, é para a Tribuna A. Eu estou a dar esta explicação porque todos os anos há este problema, do protocolo, e portanto, esclareci que é assim. Há-de vir outro em cima da hora, e há-de com certeza, complicar-nos a vida, mas não chegou, ainda. -----

----- Finalmente, dizer-vos que teremos a sessão apenas, no dia vinte e um de junho, e para a semana, dia sete, temos sessão, e na véspera, dia seis, teremos uma Conferência de Representantes, e eu faço um apelo especial a todos os Representantes uma vez que

DRAFT

temos que olhar para a nossa agenda e ver o que é que está em condições de ser agendado e resolvido até ao final dos nossos trabalhos desta primeira sessão, digamos assim, municipal, embora isto seja um conjunto de sessões, mas digamos que os nossos trabalhos costumam interromper-se no final do mês de julho e, portanto, temos praticamente, enfim, o mês de junho e de julho, para ver o que é que está em condições de ser encerrado. -----

----- Queria avisar-vos, também, que o regulamento dos novos horários que é um assunto bastante importante, sobretudo, em algumas freguesias da cidade, por opção da Conferência de Representantes, também, já articulada com o Presidente da 2ª Comissão que é quem tem a tutela desta matéria, esse regulamento vai ser trazido, aqui, à discussão, na generalidade, sem qualquer parecer da Comissão para saber se ele tem o apoio, na generalidade, da Assembleia Municipal. Caso ele tenha o apoio da generalidade da Assembleia Municipal, ele baixará à 2ª Comissão, e a 2ª Comissão irá promover todos os contactos, audições, debate público, o que entender, até chegarmos à versão final do regulamento dos horários. -----

----- Eu tenho recebido bastantes pedidos de cidadãos que se querem pronunciar, eu tenho-lhes dito para estarem atentos porque irá haver um debate promovido pela Assembleia Municipal, em devido tempo. Mas iremos ter, primeiro, uma discussão na generalidade, sem parecer e sem debate prévio, e só depois, se o debate tiver o feliz destino de ser aprovado na generalidade, é que ele será, baixará para todos os debates necessários, para alterações na especialidade, se for o caso, e para, depois, se poder fechar. -----

----- Isto é em matéria de avisos, o que tenho. -----

----- Temos, também, pendente o encerramento da matéria relacionada com o Parque Monsanto. Penso que a 4ª Comissão tem estado a fazer uma série de visitas e portanto, certamente, antes do verão, antes de terminarmos, teremos um relatório da 4ª Comissão para fecharmos essa matéria. -----

----- E temos, também, uma outra matéria em aberto que está nas mãos da 8ª Comissão que é a questão dos transportes metropolitanos, transportes públicos na Área Metropolitana, e penso que a 8ª Comissão também está a apreciar isto e espero que, antes do verão, a 8ª Comissão nos possa fazer chegar aquilo que propõe para conclusão dessa matéria. -----

----- Hoje, temos agendado a abertura de um novo Debate Temático sobre Economia e Trabalho. E temos pendente, para agendamento, um Debate Temático sobre Habitação, apresentado pelos Deputados Independentes. -----

----- Portanto, eu penso que no mês de junho, ainda vamos abrir o Debate Temático sobre Economia e Trabalho, e no mês de julho, penso que poderemos abrir o Debate Temático sobre a Habitação. Mas, depois, as conclusões dependerão, naturalmente, do trabalho que for realizado, dos depoimentos que se recolherem, das sugestões que houver, veremos, depois, as conclusões. Mas o nosso objetivo era conseguir que, antes do verão, estes dois debates fossem abertos, tivessem, pelo menos, uma sessão, ou duas sessões se possível, para depois de trabalhar o acervo da informação e podermos chegar a conclusões. -----

DRAFT

----- Isto eram os avisos que vos queria dar. -----
----- Posto isto, estamos em condições de ouvir o nosso público. Temos duas pessoas inscritas e eu pedia aos serviços para chamarem o Senhor José Oliveira que vem aqui falar-nos da sua posição sobre os tratados corporativos, e o seu impacto no ambiente, soberania e democracia.” -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- **O Senhor José Oliveira** morador na Rua Manuel Correia, Lote E, P5, Cascais, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- *Cumprimentar a Senhora Presidente, os Senhores Deputados.*-----

----- *José Oliveira, da Plataforma Portuguesa Não ao Tratado Transatlântico.* -----

----- *Dirijo-me a todos vós em nome da plataforma, uma organização de cidadãos profundamente preocupados com o impacto negativo que os tratados corporativos têm na vida de todos nós, e em cujo site reunimos um alargado conjunto de documentação sobre estes temas.* -----

----- *Falamos em nome de mais quinhentas organizações semelhantes, em toda a Europa, agrupadas na Plataforma Internacional Stop TTIP, e dos mais 3.4 milhões de cidadãos europeus, dos quais vinte e três mil portugueses, que já expressaram a sua veemente oposição, junto com inúmeras instituições públicas e privadas da sociedade civil. Falo dos mais de mil e quinhentos municípios e regiões que se declararam zonas livres do TTIP; Évora é a primeira Câmara Municipal Portuguesa a aderir a este movimento.*-----

----- *Solicito que olhem para este mapa, onde os pontos vermelhos indicam as inúmeras Câmara Municipais e regiões que já se declararam zonas livres do TTIP.*----

----- *Os greenpeace papers, recentemente divulgados, vieram demonstrar, sem sombra de dúvida, não só a validade das críticas que vínhamos fazendo, mas também, a inverdade das declarações públicas dos principais órgãos de Bruxelas, bem como, a clara estratégia de entregar grande parte das decisões ao arbítrio dos maiores lobbies corporativos dos dois lados do Atlântico, e este ponto para nós é, absolutamente, essencial.*-----

----- *Os cidadãos e órgãos locais vão sofrer o impacto negativo desses acordos, e têm que forçosamente, ter uma decisiva palavra a dizer.*-----

----- *Enquanto decorrem as negociações do TTIP, o Tratado CETA entre a União Europeia e o Canadá, já está pronto, será retificado pelo Parlamento Europeu no final deste ano, e a Comissão Europeia está a fazer um enorme esforço para que os Parlamentos Nacionais não se pronunciem para que o tratado entre em vigor, automaticamente, o mais cedo possível.*-----

----- *Nesse sentido, gostaria de colocar algumas questões a todos vós, não apenas enquanto deputados mas, sobretudo, enquanto cidadãos, pois as pessoas antes de serem deputados, são cidadãos como todos os outros.*-----

----- *Primeira questão, em vossa consciência concordam que tratados desta dimensão e impacto, entrem em vigor antes dos Parlamentos Nacionais sequer terem oportunidade de os discutir e ratificar?*-----

DRAFT

----- Segunda questão, concorda que a Comissão Europeia queira reservar para si a exclusiva competência da aprovação destes tratados, impedindo a participação dos órgãos nacionais eleitos? -----

----- Concordam com a criação de tribunais arbitrais para permitir às corporações processarem os Estados, mas não o contrário, sempre que os seus lucros sejam afetados pela geração tendente a proteger o interesse público, o ambiente, os direitos laborais, a saúde, etc., em claro detrimento dos sistemas de justiça nacionais e da competência dos Governos? -----

----- Se discordam desta e de outras exposições, pensamos ser a altura de fazermos algo para salvar a nossa soberania e democracia. -----

----- Por essas precisas razões, a Plataforma lança uma petição nacional exigindo que este Tratado CETA seja debatido e ratificado na Assembleia da República, e solicitamos a todos que assinem a nossa petição no nosso site online.-----

----- Apelamos ao sentido de cidadania e de pessoas responsáveis que todos são, eleitas para defenderem os cidadãos, para que não deixem ter os interesses da comunidade na devida conta ao votar as propostas, hoje, colocadas pelo PAN. -----

----- Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu o seguinte:--

----- “Muito obrigada.-----

----- Vamos prosseguir.-----

----- E sobre esta matéria apresentada, temos matéria apresentada pelo PAN para ser apreciada, hoje.-----

----- Muito obrigada. Ficará em ata.-----

----- E peço para trazerem a Senhora D. Maria Judite que já é bem conhecida aqui. Esteve cá em janeiro, em março, e vamos ver qual é o ponto em que se encontra o seu problema, que era um problema de obras numa habitação municipal.”-----

----- **A Senhora Maria Judite Cerveira Pires Carvalho** moradora no Largo Mário Neves, 12, 5º B, São Domingos de Benfica, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente.-----

----- Eu já cá tenho vindo várias vezes como a Senhora Presidente disse, e sabe, e venho aqui para agradecer à Senhora que está aqui, por mandar a carta e mandar as cópias da minha casa, a ver se me resolvem o problema.-----

----- É só isso, queria agradecer o máximo que posso.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu o seguinte:--

----- “Maria Judite, tanto quanto sei, deve ter recebido cópia de uma carta assinada pela Senhora D. Helena Correia, que é Administradora da GEBALIS, a confirmar que, efetivamente, a sua casa precisa de obras urgentes, e que vai ser, que está incluída na empreitada de reabilitação da envolvente do Bairro Quinta dos Barros, e a informação que tenho aqui, previa-se no segundo trimestre do ano presente, ou seja, o segundo trimestre do ano presente é agora, não sei se já começaram as obras, ou não, portanto, ainda bem que está cá porque em princípio, isto já deveria ter começado, segundo trimestre, mas o segundo trimestre só vai acabar no dia, no final do mês de junho, portanto, em maio já não será porque hoje é dia trinta e um, mas que no mês de junho

DRAFT

a obra comece uma vez que, já está prevista, já tem empreitada, já há verba para a fazer, já está tudo combinado, por isso, espertemos que a obra comece, e que comece, agora, com o bom tempo para que seja feita mais depressa. -----

----- Muito obrigada Senhora D. Judite.”-----

----- **A Senhora Maria Judite Cerveira Pires Carvalho** referiu que: -----

----- “*Mas eu agradecia que a Senhora ficasse com isto que é, precisamente, para entregar a eles, que eles não entendem e não fazem nada.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu o seguinte:--

----- “Farei chegar os documentos à Senhora Vereadora e à Administração da GEBALIS. -----

----- Muito obrigada. -----

----- Não há dúvida nenhuma que é preciso as pessoas insistirem para ver os seus problemas resolvidos. A Senhora D. Maria Judite já é a quarta vez que, aqui, vem mas, pelo menos, a empreitada já está aprovada, é já um princípio de resposta. -----

----- Terminou a intervenção do público.-----

----- Atenção Senhores Deputados, aqui o Senhor Primeiro-Secretário está a lembrar-me que, nos termos do Regimento, quem quiser falar nas Declarações Políticas deve inscrever-se antes de começar a discussão das Declarações Políticas. Portanto, nós só temos cinco inscrições, é possível que ainda, estejam a meditar sobre se querem inscrever-se, ou não, vejo ali uma sinalização do Grupo Municipal do PCP, seis inscrições, o PAN também se inscreve, sete, portanto, isto aqui não é propriamente a maneira tradicional de recolhermos as inscrições, mas é só para ter a certeza que ninguém está distraído.-----

----- O CDS-PP não se inscreveu, correto? Nem o MPT? -----

----- O MPT não se inscreveu, nemo PNPN. Correto. Então, estamos em condições de recomeçar.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Temos, agora, à vossa consideração a aprovação da **Ata nº 107**, de dezassete de maio de dois mil e dezasseis. Não vejo pedidos de palavra.-----

----- Vou pôr à votação a **Ata nº 107**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Ata nº 107** foi **aprovada por unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que não estiveram presentes nesta reunião.” -----

---- (De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 107, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 107, Sessão Extraordinária, realizada em dezassete de maio de dois mil e dezasseis, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro (PS), Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Igor Boal Roçadas (PS), Rosa Lourenço (PS), Ana Paula

DRAFT

Viseu (PS), Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), João Nuno Farmhouse de Castro e Athayde de Carvalhosa (PSD), Luís Graça Gonçalves (PSD), Nuno Ricardo Dinis de Abreu (PCP), Miguel Agrochão (PCP), Tiago Ivo Cruz (BE), Sandra Cristina Andrade Carvalho (BE), Gabriel Maria Baptista Fernandes (CDS-PP), João Freire de Andrade (CDS-PP), Sandro Daniel Gonçalves dos Santos Araújo (IND) e Fernando Oliveira Gonçalves (IND)). -----

----- **PONTO 2 – DECLARAÇÕES POLÍTICAS, AO ABRIGO DO ARTIGO 40º DO REGIMENTO; GRELHA J, LIMITE MÁXIMO 280 MINUTOS;** -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** no uso da palavra, apresentou a seguinte declaração política: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Ao longo dos últimos anos assistimos a uma verdadeira revolução na forma como a cidade e os lisboetas encaram o desporto e a pratica de atividade física. Com uma renovada ambição este executivo resgatou o espaço público para palco da prática desportiva, chamou o rio para a vocação marítima da capital e deu um novo impulso ao associativismo no sentido da sua modernização promovendo o ressurgimento de uma série de modalidades que se encontravam moribundas ou até extintas e criando condições para o aparecimento e desenvolvimento de novos desportos amadores e/ou profissionais.-----

----- Os lisboetas têm hoje, ao virar da esquina uma multiplicidade de clubes e associações, formais ou informais, que promovem a prática desportiva, e hábitos de vida saudável, com uma variedade nunca vista de desportos e atividades quer indoor quer *outdoor*. -----

----- A aposta do executivo foi clara e os resultados estão à vista e não é por acaso que Lisboa é hoje uma cidade de excelência para a prática desportiva que está no top do ranking mundial das cidades desportivas:-----

----- - É uma cidade-palco de grandes eventos desportivos, -----

----- - uma cidade que dá aos adeptos do desporto cada vez mais motivos para sair de casa, -----

----- - uma cidade com clubes desportivos com atletas e equipas de topo mundial nas mais diversas modalidades, -----

----- - uma cidade que oferece aos seus habitantes a possibilidade de praticar uma grande variedade de desportos em praticamente todos os bairros, -----

----- - que investe em iniciativas, programas e infraestruturas para a prática do desporto quer a nível profissional, quer a amator,-----

----- - valorizando não apenas o desporto de competição federado, mas indo muito mais além, até à prática desportiva no seu sentido mais informal. -----

----- O último ano, em particular, foi ímpar no que toca à realização de grandes eventos desportivos a nível profissional. Lisboa foi palco da *Volvo Ocean Race* (de onde aliás sairá a próxima prova em 2017, e onde já se está a instalar o *Boat Yard*), a Taça do Mundo de Ginástica Rítmica, a *UEFA Futsal Cup Finals, 7º Meeting Internacional de Lisboa* (natação), o *Lisbon International Triathlon*, o *Madrid-Lisboa Non-stop BTT*, Volta a Portugal em Bicicleta e inúmeras maratonas. -----

DRAFT

----- Ao todo, foram quase trezentos os eventos desportivos acolhidos na cidade de Lisboa só em 2015. E é bom ver que 2016 começou com o mesmo fôlego: recebemos na capital as Fases Finais do desporto escolar e universitário (primeira vez em 26 anos) e soubemos que seremos a cidade anfitriã do 1º Campeonato do Mundo Escolar de Desporto Adaptado, que se realizará em 2018. -----

----- Só este fim de semana tivemos: Taça de Portugal de futebol feminino, campeonato europeu de *triathlon*, o concurso de saltos internacional oficial de Lisboa, o festival dos clubes de mar, a corrida de Belém, a gala anual do ginásio clube português, a festa olímpica no pavilhão do Casal Vistoso e o Torneio de Ténis em S. Domingos de Benfica, para além do Lisboa vai ao parque e de uma multiplicidade de eventos por toda a cidade. -----

----- Estes grandes eventos têm um impacto muito relevante na cidade. Um estudo recente realizado pelo ISCTE avaliou o impacto de (apenas) 17 provas desportivas de média e grande dimensão, de várias modalidades desportivas, realizadas entre 2014 e 2015, na economia da cidade. O resultado é avassalador. O estudo demonstra que o impacto, direto e indireto, destas iniciativas ronda os 100 milhões de euros. Só para a hotelaria significou mais de 9 milhões de euros e para a restauração o impacto foi superior a 7,2 milhões. Em termos de compras o impacto rondou os 11,6 milhões de euros, enquanto, em termos de inscrições e bilhética, o valor pago pelos participantes e espectadores foi de cerca de 5,6 milhões de euros. São números claramente relevantes e não podem ser descurados. -----

----- A par do apoio ao acolhimento de grandes eventos, a aposta do executivo na área desportiva tem sido clara. Um dos seus expoentes máximos, depois da aposta na natação curricular foi o reativar dos Jogos da Cidade de Lisboa com uma nova dinâmica. As *Olisipiadas* que, este ano, na sua segunda edição, conta já com mais de oito mil crianças e jovens (dos seis aos catorze anos), a experimentarem e competirem em mais de uma dezena de atividades desportivas. -----

----- Mas gostaria, ainda, de destacar iniciativas como o Bloco de Jogos (com cerca de cinco mil crianças do 1º Ciclo), os Clubes de Mar (com cerca de quinhentas), o Lisboa vai ao Parque, com mais de cento e vinte iniciativas em 10 parques de Lisboa, a Semana Europeia do Desporto e da Mobilidade, o Dia Paralímpico na Escola, já para não falar da criação do *Lisboa Running Center* e das já habituais “minis” e “meias” maratonas que enchem a cidade de atletas. -----

----- Todas estas iniciativas e eventos deram a Lisboa um novo e revigorado impulso na promoção do desporto e da atividade física para toda a família. -----

----- É inegável, hoje em dia, o papel do desporto na promoção da igualdade e integração social, havendo cada vez mais um reconhecimento político do contributo deste para o combate à exclusão social, ao abandono escolar. Portanto, também como complemento das atividades escolares e lúdicas, a aposta no desporto tem-se revelado determinante na promoção de valores como a igualdade e a inclusão. -----

----- A criação de programas como o Programa da Natação Curricular, que pôs mais de 12 mil crianças a aprender a nadar, o Programa de Apoio à Expressão e Educação Física Curricular do 1º Ciclo, ou o programa de inclusão social “Desporto Mexe

DRAFT

Comigo”, onde estão inscritos cerca de 1300 jovens, são a prova viva dessa aposta, pois permitem garantir aos cidadãos mais novos da cidade o acesso a infraestruturas e à prática regular de desporto.-----

----- Não menos importante é o recém-lançado Programa de Educação Olímpica, que tem início precisamente no Município de Lisboa, e que pretende levar o Olimpismo e os valores dos Jogos Olímpicos (amizade, respeito, excelência, igualdade e *fair play*) até às escolas do 1.º Ciclo e promover nos seus alunos mais prática desportiva e formação olímpica. -----

----- De realçar ainda, o trabalho a nível da realização de protocolos com federações de diferentes modalidades, clubes e associações para a promoção do desporto e dos valores que lhe estão associados. -----

----- Mas, o impulso para a prática do desporto na cidade também se deveu a um forte investimento em infraestruturas. Neste âmbito, realço a transformação das antigas piscinas dos Olivais e do Areeiro em modernos complexos desportivos, após vários anos de encerramento e degradação, a melhoria do pavilhão do Casal Vistoso e da pista Prof. Moniz Pereira, onde funciona o Centro Municipal de Marcha e Corrida de Lisboa (*Lisboa Runnig Center*) e, ainda, a inauguração de uma pista para a prática de BMX em Benfica (a 1ª na cidade). -----

----- O trabalho ímpar que o executivo camarário tem desenvolvido na área do desporto permitiu-nos apresentar, com confiança, a candidatura de Lisboa a Capital Europeia do Desporto em 2021, o que decerto contará com o apoio de todos e nos mobilizará para trabalharmos ainda mais e melhor para atingirmos a meta a que o Presidente da Câmara nos propôs: “duplicar o número de todos os que praticam desporto na nossa cidade [até 2021].” Recordo que Lisboa foi a 1ª cidade a apresentar uma candidatura a cidade do desporto com um *Road to 2021*, isto é um plano, com políticas e metas concretas a implementar até lá. -----

----- Ter o desporto no centro da agenda política, e predisposição para a valorização do desporto, considera-lo um instrumento que gere alteração de mentalidades, que combata o sedentarismo, que fortaleça a fruição do espaço público e dos equipamentos desportivos, é já uma aposta ganha e os resultados estão à vista quer do ponto de vista desportivo, económico e social. -----

----- Desporto é sinónimo de saúde e bem-estar e os resultados recentemente alcançados, a nível do número de praticantes e de eventos realizados, são já uma marca identitária de Lisboa. -----

----- Lisboa antes de ser, já é uma Capital Europeia do Desporto. -----

----- Em relação às moções, também, hoje, aqui, apresentadas, queríamos aproveitar, este momento para concluir, muito rapidamente, queria só apresentar a nossa intenção de voto nas moções. Portanto, em relação à Moção nº 3, o Partido Socialista votará contra a moção do BE, portanto, a moção intitulada “Pela Proteção do Direito à Habitação Face ao Alojamento Local”, tendo em conta que o Partido Socialista apresenta, também, uma recomendação para a realização de um debate temático precisamente, sobre a temática do turismo e alojamento local. Faz sentido, só depois destas conclusões, tomarmos posição sobre essa matéria. -----

DRAFT

----- Votaremos a favor da Saudação do PAN sobre a abertura da discussão na Assembleia da República....”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompeu: -----

----- “Senhora Deputada, desculpe estar a interrompe-la, mas devo lembrar-lhe o formato desta sessão. Na sequência das intervenções das restantes forças políticas, o Partido Socialista tem quinze minutos para intervir. Portanto, se quiser apresentar essas posições, como já está fora do seu tempo regimental, tem tempo de intervir depois dos outros Grupos Municipais fazerem as suas Declarações Políticas. -----

----- Em todo o caso, se está a terminar, faça favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** respondeu: -----

----- “Seremos muito breves. -----

----- Votaremos a favor da Saudação do PAN sobre a “Abertura da Discussão na Assembleia da República do Acordo Bilateral entre a Europa e os Estados Unidos”, não fazendo, por isso, sentido, antes de haver conclusões, tomar posição a favor, ou contra, o Tratado Comércio e Parceria de Investimento. Pelo que votaremos, também, contra a recomendação do PAN.-----

----- Por fim, votaremos contra a Recomendação nº 2 do BE, tendo em conta que a Semana Académica decorre junto ao Polo Universitário, numa zona de clareira, não pondo em causa, do nosso ponto de vista, o Parque Florestal e a Creche, ainda que vão ser tomadas para depois o evento ser melhorado no local. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Senhores Deputados, eu lembro novamente o formato desta sessão. Cada Grupo Municipal tem oito minutos, e quando termina de falar, os outros Grupos Municipais podem pedir esclarecimentos, ou fazer comentários. Portanto, eu pergunto, neste momento, se alguém quer inscrever-se sobre a intervenção da Senhora Deputada Inês Drummond? Há um pedido de palavra do PCP. Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Silva Santos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte pergunta: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Sobre este tema, e de uma forma rápida, o que eu queria lembrar, até porque temos uma saudação particular ao Dia Nacional das Coletividades, que é hoje, dia trinta e um de maio, queremos dizer que em relação à Cidade de Lisboa se fala, naturalmente, em muitas atividades desportivas de natureza profissional, e outras, e também em relação atividades culturais, e a questão que queremos colocar é, sendo hoje, um dia comemorativo das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, e que da cidade são bastante interessadas por esta matéria, o que é que tem sido feito para valorizar este contributo das Coletividades de Desporto e Recreio, e cultura, da nossa cidade? E que apoios têm sido dados, e que contributo é que lhes têm sido pedidos a participar em todas as atividades que têm sido promovidas na cidade? Este é um ponto importante, ou valorizamos o que temos na nossa casa e que é um contributo fundamental para a cidadania, ou valorizamos, na outra parte, o desporto profissional,

DRAFT

as grandes paragonas desportivas, nacionais e internacionais, e o desporto feito por voluntários que é a maior rede de voluntariado da Cidade de Lisboa, às vezes parece que fica, cada vez mais, para trás. -----

----- Por isso, gostava de ouvir sobre esta matéria.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte pergunta:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- A Senhora Deputada Inês Drummond, a minha questão é meia questão e meia intervenção porque disse que o resultado na Assembleia da República ainda, não acabou. Pois, ele na verdade, ainda nem começou. A questão é que a partir de umas semanas para cá, nós sabemos o que é que tem andado a ser discutido. E portanto, desde que saibamos ler, temos a obrigação de ter uma opinião. -----

----- Mais, as *Eurocities*, a qual Lisboa faz parte, já têm uma opinião, já se manifestaram. E disseram que esta situação, tal como está a ser discutida, não é aceitável. E é só nessa medida, que nós fazemos a proposta é para que os Senhores Deputados que leram a documentação, que leram aquilo que a *Green Peace* trouxe cá para fora, que leram as opiniões da Eurocities à qual Lisboa faz parte, e que sabem, nomeadamente, que Lisboa poderá a vir a ser processada pelas corporações, as contas públicas vão ser afetadas, e portanto, tudo isto são coisas que já se sabem. -----

----- Os Senhores Deputados que acham que podem ignorar aquilo que já se sabe e esperarem que alguém, na Assembleia da República, lhe resolva o problema, pois, assim será. Mas na nossa opinião essa não será a atitude mais consciente. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** respondeu: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Começando por responder ao Senhor Deputado Miguel Santos, de facto, esse é o motivo pelo qual nós achamos importante que se faça o debate, e louvamos, obviamente, que o debate se comece a iniciar, porque não, é fazer uma proposta que o debate também possa ser feito aqui, de qualquer forma, achamos que é prematuro estarmos a tomar posições sem conhecermos todos os argumentos e as implicações que este tratado vai envolver. -----

----- E portanto, esse é o motivo pelo qual votaremos contra, porque não queremos tomar uma posição sem conhecermos todos os pormenores. -----

----- Em relação ao Senhor Deputado Carlos Silva Santos, de facto este Executivo tem valorizado o associativismo, e nós vamos votar a favor da moção apresentada pelo PCP, porque nós valorizamos o associativismo que, de alguma forma, foi perdendo força ao longo dos anos, e que agora, começamos a ver a ressurgir de forma formal, e informal, começamos a voltar a ver as pessoas a voltarem à rua, a associarem-se, quer na prática do desporto, quer em práticas culturais, vemos por toda a cidade, e estamos numa altura de início dos Santos Populares, cada vez mais arraiais organizados pelas suas próprias associações e este Executivo Camarário tem de facto, valorizado tudo isto, nomeadamente, através dos apoios financeiros, nos protocolos que faz com as Juntas de Freguesias para poderem, também, apoiar esses clubes e essas iniciativas, e o

DRAFT

que se pode dizer é que este Executivo tem, de facto, apoiado muito o ressurgimento do movimento associativo em Portugal o que é muitíssimo importante porque são um dos pilares também da nossa democracia como, tão bem, sabe. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Franco (IND)** no uso da palavra, apresentou a seguinte declaração política: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Secretários da Mesa, Senhor Vice-presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Funcionários, Público, Comunicação Social. -----

----- A nossa intervenção como declaração política hoje, vai centrar-se num tema que começa a ser afluído nos nossos debates em relação ao qual, entendemos que é boa altura de ampliar esse debate, e refiro-me ao tema da expansão da rede do Metropolitano de Lisboa, em particular com o aspeto de ligação da rede do metro à zona de Alcântara. -----

----- O Movimento de Cidadãos Por Lisboa, que foi constituído em 2007 para intervir no Município de Lisboa, e que concorreu com lista própria nas eleições intercalares, nesse ano, para a Câmara Municipal, eleição onde elegeu dois vereadores, e que concorreu depois, em 2009 e 2013, nas eleições para a Câmara e para a Assembleia Municipal de Lisboa com base num acordo coligatório com o Partido Socialista.-----

----- Ora, nas suas diversas formas de envolvimento com o processo de gestão autárquica na Cidade de Lisboa, ao longo destes últimos nove anos, os CPL, Cidadãos Por Lisboa, sempre dedicaram uma particular atenção à mobilidade e aos transportes por considerarem ser este um dos problemas, ou se quiser, um dos desafios mais determinantes para a qualidade de vida dos grandes centros urbanos, nomeadamente, pelo que a mobilidade representa hoje, para as populações que nele habitam e trabalham. -----

----- Vem esta introdução a propósito da nossa preocupação com a anunciada expansão da rede de Metropolitano de Lisboa e com a necessidade urgente de a desenvolver de acordo com as políticas e as posições que a Câmara vem expressando sobre este assunto desde os tempos da presidência do Dr. Jorge Sampaio. Note-se que, desde essa altura, a posição do nosso município tem sido coerente com duas opções estruturantes e essenciais para o futuro dos transportes em Lisboa:-----

----- 1. Por um lado, densificar a rede do metro no interior da cidade de modo a servir os bairros mais densamente habitados e as novas centralidades que se foram consolidando, ou que estavam previstas nos instrumentos de gestão territorial; -----

----- 2. Por outro lado, recuperar a ligação direta da linha de Cascais ao eixo terciário principal da cidade, a qual havia sido quebrada com a forma como se desconectaram as duas linhas do metropolitano que, até então, convergiam na Estação da Rotunda. ----

----- Foram essas opções que foram sendo sucessivamente, plasmadas em Planos Urbanísticos, como por exemplo, o Plano de Urbanização do Vale de Alcântara e os dois PDM’s de Lisboa, para além do estudo da Câmara Municipal de Lisboa, intitulado “Lisboa, os Desafios da Mobilidade”, que até agora, é a única visão global integrada para o sistema de mobilidade e transportes da cidade. -----

DRAFT

----- Com efeito, desde 1995, se concretizou a designada desconexão do “Y” da Rotunda, desde essa altura, que a Câmara Municipal de Lisboa defendeu como prioritária a expansão da Linha Amarela, a que passou a ter o seu terminal no Rato, vinda, inicialmente, de Entrecampos, atualmente, do Campo Grande, portanto, a expansão dessa nova Linha Amarela em direção a Alcântara para aí assegurar a correspondência com a Estação Alcântara Mar da linha de Cascais. Era essa a forma de compensar a dupla rutura de carga que a opção do Metropolitano de Lisboa em relação à dita desconexão do “Y” da Rotunda, portanto, a opção que o Metro tomou implicou aquela dupla rutura de carga que foi introduzida na ligação do terminal do Cais do Sodré ao principal eixo terciário da cidade, obrigando os passageiros que vêm da Linha de Cascais a fazerem dois transbordos para chegarem às novas áreas de terciário que, então, se desenvolviam no Saldanha e nas Avenidas Novas. -----

----- Com o previsto prolongamento até Alcântara da Linha Amarela, que serve esse eixo a partir do Marquês de Pombal, passavam a oferecer-se duas alternativas aos passageiros de cascais, da linha de cascais, em função do seu destino em Lisboa: -----

----- Primeira alternativa, sair em Alcântara e tomarem a Linha Amarela se se dirigirem para o eixo Marquês de Pombal, Saldanha e Entrecampos; -----

----- Segunda alternativa, seguirem até ao Cais do Sodré e aí, tomarem a Linha Verde se o seu destino se localizar no eixo da Almirante Reis. Com esta solução consegue-se, ainda, descongestionar a interface do Cais do Sodré, sublinhe-se que é hoje a interface mais importante do movimento de pessoas, em Lisboa, portanto, dividindo os passageiros da Linha de Cascais por duas estações do metropolitano, Alcântara Mar e Cais do Sodré, o que aumenta a sua eficácia de operação. -----

----- Por sua vez, com os novos desenvolvimentos urbanos previstos para a zona das Amoreiras e Campolide, e o atual encravamento da zona de Campo de Ourique em termos de transportes pesados, o prolongamento da Linha Vermelha, em que o fim do túnel até São Sebastião, mas o túnel atualmente, está sob o Palácio da Justiça, portanto, o prolongamento dessa Linha Vermelha impõe-se como uma nova prioridade da expansão da rede do Metropolitano de Lisboa, passando a servir estas zonas da cidade e o novo Campus da Universidade Nova de Lisboa, em Campolide, podendo até, no futuro, vir a considerar-se uma correspondência com o comboio da Ponte 25 de Abril, no Alvito. -----

----- São zonas de grande concentração de população e de emprego na cidade, com um deficiente serviço de transportes coletivos e onde o automóvel tem sido o meio de acesso mais utilizado com todos os efeitos negativos que isso comporta para esses bairros da cidade. -----

----- Por todas estas razões, o consolidar destas prioridades de expansão da rede do Metropolitano de Lisboa deve merecer, ao Governo, um esforço ativo e empenhado da sua concretização, não só pela sua urgente necessidade de execução, o que certamente, contará com o necessário apoio do Município, mas também pela segurança que a própria solução comporta, atendendo aos estudos realizados até agora. De facto, se por um lado se reforça a decisão estratégica de densificar a rede do metropolitano no interior da cidade, em vez de a continuar a prolongar para as zonas

DRAFT

limítrofes com a conseqüente expressão de recursos financeiros e adiando o serviço das áreas que mais população servem, e mais trabalhadores fora de Lisboa, atraem, por outro lado, assegura-se a ligação direta em dois pontos distintos da linha de Cascais aos eixos terciário da cidade, pondo assim termo a uma situação de rutura de carga que se prolonga por décadas. -----

----- Esperamos, por isso, que o Governo e o Município consigam entendimento entre ambos, quanto às prioridades de expansão da rede do Metropolitano de Lisboa na cidade, tanto ao que se refere à melhor forma de ligar o eixo terciário central à linha de Cascais, como quanto ao serviço das zonas das Amoreiras e Campo de Ourique. ----

----- Disse.-----

----- Aproveito, só uma brevíssima referência, o nosso Grupo dos Deputados Independentes apoia, pelas razões que podem imaginar e que acabo, aqui, de vos transmitir, a Recomendação N° 3/109, apresentada pelo Partido Ecologista “Os Verdes”, relativa à expansão futura do Metropolitano cujas linhas orientadoras vão, precisamente, na direção que nós acabámos de apontar e sugerir. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Pergunto se algum Senhor Deputado quer intervir sobre a intervenção do Senhor Deputado Independente? Não há inscrições.-----

----- Passamos, então, à próxima declaração política.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sara Goulart (BE)** no uso da palavra apresentou a seguinte declaração política: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Caros Deputados e Caros Vereadores, Caros Municípes. -----

----- O BE vem, hoje, apresentar uma recomendação e uma moção. Passo a ler-vos a recomendação: -----

----- ‘O Parque Florestal de Monsanto (PFM) compreende uma área florestal de importância estratégica para a cidade de Lisboa, com cerca de 1000 ha, configurando um verdadeiro “pulmão” da cidade;-----

----- Toda a área do PFM está sob o Regime Florestal Total, um instrumento de política florestal que obriga ao uso florestal, com um programa de intervenção e gestão que favoreça todas as atividades e práticas que resultem na valorização da paisagem e conservação da natureza;-----

----- Pela importância desta área a Assembleia Municipal tem em curso neste momento um debate temático sobre este Parque Florestal do qual já se realizou a sua primeira sessão;-----

----- Nesta primeira sessão de debate o Eng.º João Pinho do ICNF concluía na sua intervenção que:-----

----- a) O PFM constitui uma das mais notáveis obras de urbanismo e engenharia, não existindo outro exemplo semelhante em Portugal ou mesmo na Europa (com esta dimensão metropolitana);-----

DRAFT

----- b) Os instrumentos de política florestal reconhecem o Parque como uma floresta modelo, sobretudo na sua componente ecológica e de utilização social, constituindo um laboratório vivo de experimentação de técnicas silvícolas e do ordenamento para recreio, que deveria ser replicado no país; -----

----- c) A sua construção e gestão concretizaram alguns dos principais objetivos da política florestal nacional (para além de outras políticas públicas); -----

----- d) É relevante que a gestão do PFM mantenha o alinhamento com a atual Estratégia Nacional para as Florestas e com o PROF e, como em todas as matas públicas, conserve os recursos técnicos e humanos - que estão na base do sucesso alcançado. -----

----- Nos últimos anos várias têm sido as vozes na Assembleia Municipal que questionam a realização de grandes eventos, como a Semana Académica, neste Parque Florestal. Também na 1ª Sessão do Debate Temático a Plataforma por Monsanto manifestava a sua preocupação: *A realização da semana Académica em Monsanto é mais um exemplo concreto da dualidade de critérios, da incoerência e até arrogância com que a CML administra o parque Florestal. A semana académica realiza-se em plena rota da Biodiversidade, na Primavera, altura de maior atividade da natureza, num campo que serve entre outras coisas à nidificação da Perdiz vermelha, espécie endémica da Península Ibérica. Com a realização de este evento toda aquela área é arrasada e os ninhos destruídos. Toda a atividade da natureza é destruída para realização de um evento com milhares de pessoas num local que a CML tem obrigação de respeitar e proteger. Mas há mais: neste local todo o trabalho feito por voluntários foi destruído aquando da realização da sua primeira edição em Monsanto. Árvores novas e recentemente plantadas foram arrancadas e vandalizadas, todos os arranjos feitos por voluntários com supervisão da CML foram destruídos. Nada disso foi repostado, nada foi retificado e tudo continua como se nada se tivesse passado. A realização deste evento é altamente lesiva o para o Parque, para a sua fauna e flora e para os utentes que são privados de usufruir tranquilamente do espaço. É uma fonte de lixo, que perdura no local durante dias, na primeira edição só foi limpo devido à ação da Plataforma. A realização deste evento viola todas as regras do parque afixadas em placards e demonstra como os piores exemplos podem vir da própria CML. Tal como no Campo de tiro a plataforma não descansará enquanto este evento não for banido do Parque;* -----

----- Em 20/10/2015 a Câmara Municipal de Lisboa respondia a um requerimento do Grupo Municipal do PEV sobre a Semana Académica de Lisboa, realizada no PFM em 2014, dizendo que: *os compromissos assumidos pela Associação de Estudantes não foram cumpridos de forma satisfatória;* -----

----- Apesar das sucessivas recomendações aprovadas na Assembleia Municipal de Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa permite e apoia uma vez mais a realização da festa da Semana Académica no PFM; -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 31 de Maio de 2016, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera recomendar à Câmara Municipal de Lisboa: -----

DRAFT

----- 1. Não volte a permitir e apoiar a realização de grandes eventos na Área do Parque Florestal de Monsanto, nomeadamente a Semana Académica de Lisboa;’ -----
----- Passo, agora, a apresentar a moção “Pela Proteção do Direito à Habitação Face ao Alojamento Local: -----
----- Considerando que: -----
----- A explosão da procura de alojamento turístico tem colocado Lisboa sob grande pressão da procura de imóveis; -----
----- Tal pressão imobiliária tem feito aumentar significativamente os preços dos imóveis, bem como do arrendamento; -----
----- A Cidade de Lisboa tem notórias carências no acesso à habitação, especialmente no que se refere à população com maiores dificuldades económicas; -----
----- O Alojamento Local, consistindo na mobilização de imóveis destinados a habitação para a satisfação da procura turística, desviando-os da sua finalidade inicial e colocando ainda maior pressão especulativa no mercado imobiliário; -----
----- O Alojamento Local é também caracterizado pela informalidade, não sendo de estranhar a multiplicação de fenómenos de precariedade laboral e de desconsideração de regras de organização do trabalho neste sector; -----
----- A precariedade laboral é já um fenómeno que, independentemente do Alojamento Local, afeta mormente os trabalhadores dos operadores turísticos tradicionais, seja pela influência da sazonalidade na atividade turística, seja pela patente degradação generalizada da estabilidade dos contratos de trabalho; -----
----- As condições salariais no sector do turismo, ainda que respeitada a estabilidade dos vínculos laborais, são já das mais baixas em comparação com outros sectores de atividade, conforme referem os dados do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, que demonstram que a média de trabalhadores com um nível de remuneração idêntico à remuneração média mensal garantida (salário mínimo nacional) era em Outubro de 2013 quase o dobro da média nacional – neste sector 21% dos trabalhadores recebem o salário mínimo nacional enquanto a média nacional é de 12% para todos os sectores de atividade; -----
----- A informalidade que caracteriza o Alojamento Local é também um fator de distorção da concorrência para com os operadores clássicos do sector hoteleiro, que desta forma enfrentam maiores ameaças à sua atividade, fazendo temer por uma ainda maior degradação das condições laborais no sector; -----
----- Se o Alojamento Local pode merecer alguma consideração enquanto atividade secundária e residual, há que ter em consideração que se estão a formar verdadeiras organizações económicas com dimensão assinalável nesta atividade, passíveis de aumentar a pressão imobiliária na Cidade, a distorção das regras de concorrência e as situações de precariedade laboral; -----
----- No que toca ao planeamento das cidades, o licenciamento de estabelecimentos locais em prédios destinados à habitação contribui para defraudar os objetivos estabelecidos nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, pelo que a sua total liberalização põe em causa o exercício das competências de planeamento dos Municípios; -----

DRAFT

----- Os Municípios devem assim ter a possibilidade de decidir sobre limitações ao licenciamento de estabelecimentos de alojamento local, recuperando assim a sua plena competência de planeamento;-----

----- Considerando fundamental que esta a Assembleia Municipal assuma uma posição neste debate, promovendo a qualidade de vida dos olissiponenses, designadamente no que respeita ao acesso ao Direito à Habitação e ao Direito ao Trabalho, direitos fundamentais constitucionalmente consagrados, propomos que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere: -----

----- 1 – Pronunciar-se por uma maior limitação ao licenciamento de estabelecimentos de alojamento local através de alteração legislativa que consagre as seguintes medidas:-----

----- a) Limitação do número total de estabelecimentos licenciados a cada requerente, independentemente dos prédios em que se situem, acentuando carácter residual da atividade de alojamento local; -----

----- b) Limitação do número de estabelecimentos licenciados em cada prédio a uma percentagem das frações urbanas de cada prédio;-----

----- c) Exigência de autorização do condomínio, quando o estabelecimento a licenciar se integre em prédio constituído em propriedade horizontal; -----

----- d) Possibilidade de limitação do número de estabelecimentos por área geográfica, por Regulamento Municipal, impedindo o despovoamento e êxodo de população residente. -----

----- Queríamos, também, fazer um comentário relativamente à recomendação que nos surge, aqui, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. Ora, é fácil votar favoravelmente esta recomendação pois parece-nos que ela de certa forma, não adianta muito. Entendemos que é necessário e é fundamental fazer todo o debate possível sobre este tema, mas esta recomendação vem de certa forma, permitir ao Partido Socialista votar contra a nossa moção e, de certa forma, protelar o debate e proteger o Executivo de tomar qualquer deliberação quanto a este tema. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte pergunta:-----

----- “Caríssima Deputada. -----

----- Naturalmente que este é um tema que não tem tempo nem passagem para tomar decisões definitivas, mas podemos começar sempre tomando decisões e reflexões à medida que vamos apreciando a realidade. -----

----- Em relação a esta moção, e particularmente na alínea b), a grande questão que se coloca hoje, é limitar o número de estabelecimentos licenciados em cada prédio. Naturalmente, que os prédios que estejam só para este tipo de atividade, a questão não se coloca. Mas coloca-se sim, nestes prédios que, diria de utilização mista, entre inquilinos, ou condóminos, e os alojamento local.-----

----- Ora, o que nós propomos é que, e isto é uma pergunta, o que é que responde na alínea b), ao dizer: “limitação do número de estabelecimentos licenciados em cada prédio a uma percentagem das frações urbanas de cada prédio? Eu digo que,

DRAFT

naturalmente, já há uma limitação, o que nós queríamos apresentar e poríamos a pergunta, se cabe na sua intervenção esta proposta, é que esta limitação seja face aos atuais limites que estão em vigor, portanto, há uma limitação do atual valor de percentagem que já existe, atendendo que não é possível de momento, mas que seria desejável, é uma redução, e ele diz uma limitação da percentagem, mas não diz em que sentido. Penso que é uma redução dessa percentagem em relação aos valores limites atuais. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte pergunta:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- De facto, as questões que foram aqui trazidas relativamente ao alojamento local, a Senhora Deputada não focou a questão mais essencial e que nos deveria preocupar a todos e que é o enquadramento fiscal, por exemplo, do alojamento local. -----

----- Há de facto, um debate que tem de ser feito na cidade sobre o que é que nós queremos em termos de alojamento local, se queremos, ou não, limitação e em que termos é que queremos essa limitação, mas esse é um debate que tem de ser prévio. ----

----- Nós não podemos aceitar que a Senhora Deputada e o Bloco de Esquerda considere que o debate não é necessário. Isso é uma reserva mental sobre o alojamento local. Nós, de facto, temos que debater, saber o que é que queremos para a cidade, saber qual é o enquadramento fiscal que queremos para a cidade, e lembrarmo-nos um pouco, talvez seja importante, lembrarmos que o alojamento local durante a altura de crise que nós atravessámos, foi de facto, também um sistema de sobrevivência de muitos dos lisboetas. Sem dúvida, há que regulamentar, daí estamos todos de acordo, mas vamos debater o que é que queremos para a cidade, só depois de sabermos o que é que queremos para a cidade, é que sabemos as regras com que queremos cozer a cidade do ponto de vista do alojamento local. -----

----- Portanto, nós votaremos contra porque consideramos que é importante debater primeiro, mas sem reserva mental sobre essa matéria. -----

----- Em relação ao Parque Florestal de Monsanto, a Senhora Deputada desculpe, mas já na semana passada o Senhor Vereador Duarte Cordeiro respondeu a essa questão. Com certeza, o seu grupo municipal não a informou da resposta, mas eu sugiro que pergunte qual foi a resposta que o Senhor Vereador deu sobre as questões de se fazer a Semana Académica no Parque de Monsanto, junto à Universidade. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vice-presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. E quero agradecer, também, esta última referência da Senhora Deputada Inês Drummond por ter falado sobre este tema e falar sobre a questão do alojamento local. -----

----- A Câmara Municipal entende que a iniciativa da moção do Partido Socialista parece-nos uma boa ideia no sentido de que está disponível para este debate, e entende que este debate deve acontecer envolvendo toda a gente, inclusive os órgãos

DRAFT

nacionais. Nós não podemos ter, esta matéria é muito fácil a ideia de que quando há um problema toca a fazer um regulamento, ou tomar decisões a nível municipal. E depois a nível nacional, nós não dizemos nada, ficamos calados. Nós não sabemos, não temos a certeza de quais é que são as medidas que são mais eficazes, não podemos ter um BE calado a nível nacional e depois a nível municipal são muito ativos com iniciativas para apresentar propostas aqui, na Assembleia Municipal, porque há matérias que dizem respeito ao alojamento local que se calhar são mais eficazes a nível nacional, o alojamento local não é uma realidade só de Lisboa, o problema do alojamento local também é um problema de outras cidades, nomeadamente, do Porto, recentemente, nós também temos essa noção. -----

----- E, portanto, é importante discutir o que é que faz sentido a nível nacional, o que é que faz sentido ao nível local, o que é que faz sentido aplicar do ponto de vista de medidas de regulação da Câmara Municipal, o que é que pode ser feito a nível de regulamento, o que é que pode ser feito a vários níveis, nomeadamente, daquilo que pode significar a melhoria da cidade. -----

----- Portanto, no nosso entender este debate deve envolver as associações de hoteleiros, deve envolver proprietários, deve envolver associações de moradores, deve envolver os órgãos nacionais nomeadamente, os membros do Governo, e acho que podemos fazer abertamente, sem reservas, porque acho que é a forma mais eficaz e mais inteligente, porque nós não podemos estar a tomar decisões de forma precipitada, e depois ver os efeitos perversos dessas decisões a serem uma realidade, e depois temos de vir emendar aquilo que andamos a fazer, porque nós temos de ter a noção que o alojamento local pode estar a ser um dos fatores que gera alguns efeitos negativos, nomeadamente, em alguns bairros, mas nós também sabemos que o alojamento local, em outros aspetos, também tem tido outros efeitos positivos, nomeadamente, há uma economia partilhada por trás do alojamento local e, nomeadamente, tem sido um fator de reabilitação urbana. Portanto, há efeitos positivos, há aspetos que têm sido de maior perturbação, e nós temos de ter algum equilíbrio. Quando é proposto um debate a Câmara, normalmente, está disponível para esse debate, sem reservas, e julgo que também devemos estudar quais é que foram os impactos das medidas que foram aplicadas noutras cidades, ao nível europeu. Por exemplo, o BE aqui, limita o número do alojamento local por prédio, por zona e por requerente. Mas se formos analisar as medidas que foram aplicadas noutros países, a limitação não é nenhuma destas, a limitação é o número de dias do alojamento local que pode ser aplicado por ano, portanto, é uma limitação diferente. E nós podemos ter medidas fiscais, podemos ter vários tipos de medidas. -----

----- Portanto, acho que devemos discutir antes de nos precipitarmos em tomadas de decisões, devemos decidir quais são as melhores. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Freire de Andrade (CDS-PP)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Eu queria de facto, comentar esta situação do alojamento local.-----

DRAFT

----- Portanto, o alojamento local tem uma regulação nacional que é definida pelo Governo e, portanto, gostaria de referir que o alojamento local tem contribuído para a regeneração urbana e reabilitação urbana, aliás, facto que é conhecido pelo próprio Presidente da Câmara de Lisboa. -----

----- Temos de facto, assistido ao renascer de várias zonas de Lisboa o que é, penso eu, salutar. Portanto, não podemos andar anos a lamentar por não haver reabilitação e depois quando ela se dá, criticar. -----

----- A questão do alojamento local é tentadora porque o arrendamento tradicional continua a não ser atrativo, e nesta medida, julgo ser importante pensar medidas e programas municipais que o tornem acessível e atrativo. -----

----- Lembramos, ainda, que a questão dos condomínios, nomeadamente, no que respeita a autorizações, tem levantado muitos problemas legais para os quais importa encontrar uma solução. -----

----- Colocar em campos opostos o direito à habitação e ao alojamento local, como se a opção fosse ou um, ou outro, eu penso que é um erro no qual não devemos cair. -----

----- Portanto, o CDS-PP entende que se deve fazer inicialmente um levantamento com dados sobre a desertificação do centro, antes de tomar medidas destas, e encontrar programas. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Relativamente ao assunto do alojamento, eu compreendo algumas das reservas mas não queria deixar de notar a utilização do argumento do nível nacional para protelar qualquer decisão séria sobre o assunto. Nem gosto de estar a procurar fricções que não existem a nível nacional para utilizar aqui num debate que podia ser tomado de forma efetiva a nível local, e tomar decisões já. E eu acho que não compreenderam a nossa posição. -----

----- Obviamente, a minha colega disse, e eu afirmo que nós votaremos a favor da moção do PS, achamos ótima haver debate. Achamos estranho é haver um voto contra a nossa proposta em que quem demonstra aqui, ter reserva mental não é o BE, é o PS. Se tivessem uma posição neutra de partida para um debate temático no futuro, não votavam já contra a nossa proposta assim de forma impante. -----

----- Terminando dizendo que, obviamente, que a proposta do PCP vai de encontro às nossas pretensões por isso, isso é obviamente, uma alteração que aceitaremos de bom grado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, apresentou a seguinte declaração política: -----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público, Jornalistas, Funcionárias. -----

----- No corrente mês de Maio de 2016, o Governo veio reafirmar que um dos sectores onde reforçará o investimento público radica na concretização do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+), que poderá ascender a um montante total de 6 mil milhões €, sendo boa parte do plano suportado por fundos do novo quadro

DRAFT

comunitário 2014-2020. Neste plano a prioridade vai para a ferrovia e, em particular, para a expansão das redes de Metro, à qual se decidiu afetar 400 milhões €, a dividir entre Lisboa e o Porto. De momento, falta a apresentação de estudos que suportem e consubstanciem uma futura tomada de decisões, sabendo-se, desde já, que deverão ser privilegiados novos pólos geradores de tráfego. -----

----- Como atores, o próprio Ministro do Ambiente destacou, há dias, que “independentemente da titularidade das empresas, têm de ser as áreas metropolitanas a planear e definir as obrigações de serviço público”, perspetivando “uma mobilidade onde os transportes coletivos ganham quota de mercado ao transporte individual”, a fim de se obter “uma gestão da mobilidade urbana pensada, naturalmente, para servir as pessoas, mas essencialmente pensada para reduzir as emissões atmosféricas (...) e onde a mobilidade suave tem de ter uma importância crescente nas cidades”. -----

----- Por isso, logo após a recente inauguração da estação do Metropolitano na Reboleira, de novo começaram a ser abordadas possíveis futuras expansões das linhas da rede de Metropolitano de Lisboa. O mesmo Ministro veio clarificar que, independentemente de todas as opções merecerem a devida ponderação, considera pertinente o “reforço da conectividade entre linhas já existentes”, indicando que, quanto a um calendário de planeamento, “até ao final deste ano” seriam “definidas as obras que irão ser feitas”. -----

----- Até aqui nada de novo pois, como chegou a ser anunciado em 2009, diversas hipóteses se encontravam em cima da mesa para a continuação das Linhas de Metropolitano. O Município da Amadora com a ambição de ver a Linha Azul estendida até ao Hospital Amadora-Sintra, com estações intermédias na Atalaia e na Amadora-Centro. Antiga é também a ambição do prolongamento da Linha Verde a partir de Telheiras, fazendo interface na estação da CP em Benfica e a Linha Vermelha até Sacavém. Já quanto à Linha Amarela, equacionava-se a hipótese de abranger Loures e, ainda, a eventual alternativa de fecho no Cais do Sodré ou o seu natural prolongamento para Alcântara, Santo Amaro, Ajuda e Belém. -----

----- Deste modo, visto que muito se vem debatendo nesta AML sobre a estrutura dos sistemas de transporte na Área Metropolitana de Lisboa, julgamos pertinente que a Casa da Cidadania continue a acompanhar as possíveis alternativas, a fim de integrar o melhor planeamento e os estudos que o deverão consubstanciar, contribuindo para as futuras prioridades de expansão da rede de Metropolitano, que melhor sirvam os princípios de mobilidade e acessibilidade dos munícipes da Área Metropolitana. -----

----- É neste contexto que nos parece de superior relevância olhar-se para o mapa da rede e apercebermo-nos sobre quais as zonas hoje cobertas por um transporte rápido - como o Metro - e aquelas que, apesar do seu índice urbanístico, se encontram subalternizadas ou as que por disporem de potenciais interfaces são candidatas a alcançar os desígnios expressos como prioridade pelo Governo, das quais destacamos uma mais ágil mobilidade que sirva os cidadãos e garanta a diversificação das necessárias ligações e transbordos entre tipos diferenciados de transporte coletivo ao longo da malha urbana. -----

DRAFT

----- Várias têm sido as opções estudadas pela empresa Metro de Lisboa ao longo dos anos e os projetos oficialmente apresentados a médio/longo prazo. Por exemplo: -----

----- Em 17/07/2009 foi apresentado um projeto de expansão para as linhas Amarela e Vermelha, com o objetivo de servir os concelhos de Odivelas e Loures. Esta expansão contaria com 7 novas estações, 5 na Linha Amarela (Codivel, Torres da Bela Vista/Frielas, Santo António, Loures e Infantado) e 2 na Linha Vermelha (Portela e Sacavém). Estas duas extensões deveriam ter sido concluídas em 2014 e 2015. -----

----- Depois, a 30/07/2009, uma nova apresentação expôs o projeto de expansão da Linha Azul para o interior do concelho da Amadora, consistindo no prolongamento da linha com três novas estações na Atalaia, Amadora-Centro e Hospital Amadora-Sintra. Em 2011, foi anunciada a expansão da Linha Amarela, ligando o Rato ao Cais do Sodré, com abertura de duas novas estações em São Bento e em Santos. -----

----- Em complemento destes projetos, surge, finalmente, o 'Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa 2010/2020', apresentado em 2/09/2009 pela então Secretária de Estado dos Transportes (Ana Paula Vitorino). Ao todo, neste plano, o alargamento do Metropolitano iria contar com 33 novas estações, sendo duas delas construídas em linhas já existentes, estações Alfândega, na Linha Azul, entre o Terreiro do Paço e Santa Apolónia, e Estação Madrid, na Linha Verde, entre Areeiro e Roma. Ao todo, a rede de Metropolitano de Lisboa continuaria a dispor de quatro linhas, com uma extensão total de 102 km, passando a contar, em 2020, com 89 estações, sendo 7 duplas e uma tripla. -----

----- O plano incluía ainda, para a Linha Vermelha, o prolongamento a sul de São Sebastião até Campo de Ourique, passando por Campolide e Amoreiras, e a norte para além do Aeroporto, unir-se-ia à Linha Amarela ou na estação Lumiar ou na estação do Campo Grande e à Linha Azul, na do Colégio Militar/Luz, daí ligando ao Hospital Amadora-Sintra. Anteriormente, a expansão para norte da Linha Vermelha contemplava também um ramal que partia de Moscavide rumo à Portela e a Sacavém, o que, a concretizar-se, corresponderia à terceira expansão da rede do Metro para fora da cidade de Lisboa. -----

----- Na Linha Amarela havia a possibilidade de um prolongamento para Sul desde o Rato até Alcântara-Mar, passando pela Estrela e pela Infante Santo. -----

----- Na Linha Verde estava em estudo o prolongamento a norte desde Telheiras, passando pela Horta Nova, para se unir à Linha Azul na estação Pontinha ou em Carnide, prolongando-se até à estação da CP em Benfica. -----

----- Na Linha Azul previa-se a construção de duas novas estações provisoriamente denominadas Uruguai e Benfica. -----

----- E já em 29/01/2016, o novo presidente do Metro de Lisboa (Tiago Farias), para além de considerar que em algumas zonas da capital havia necessidade de reforçar o serviço do Metropolitano, logo clarificou que para reavaliar a expansão da rede a longo prazo "estão a ser equacionados quais são os caminhos possíveis, mas não há nenhum plano concreto", pois "há zonas em que faz sentido, outras que não", acrescentando que qualquer projeção "tem de ser avaliada de forma integrada" com os restantes modos de transporte. -----

DRAFT

----- Ou seja, vários têm sido os projetos e os anúncios, os avanços e os recuos, quando, para “Os Verdes”, o mais importante é estabelecer-se uma estratégia prévia para a expansão das linhas de Metro que tenha em consideração os pontos de ligação em interfaces diversificados de transportes, que garantam uma mais ágil interconexão na rede, potenciando a mobilidade dos utentes de transportes coletivos.-----

----- É um facto que a rede atual se encontra desequilibrada, abrangendo maioritariamente a metade central e oriental da cidade. Além disso, embora linhas circulares entrelaçadas aparentem melhorar o serviço prestado, tal não é de toda verdade - é um erro -, pois acabam por não aumentar nem o número de passageiros nem, por consequência, as próprias receitas da empresa. Donde, para haver equilíbrio espacial na rede, aliado ao necessário aumento das receitas, o futuro prolongamento da rede do Metro deve dirigir-se para ocidente e para a periferia, isto é, procurar novos passageiros, e convergir, por exemplo, com os transportes suburbanos e as estações da CP.-----

----- Toda a opção política requer uma mais sustentada abordagem técnica de suporte. E é isso que “Os Verdes” propõem que sejam atempadamente produzidos os devidos estudos técnicos que garantam uma gestão bem mais eficaz de toda a rede, tendo em vista as necessidades de mobilidade dos utentes da Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- Não há pedidos de esclarecimentos, passamos à próxima declaração política.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, apresentou a seguinte declaração política:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Vice-presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas.-----

----- Eu gostaria que estivesse cá o Senhor Presidente da Câmara, e isto faz-me lembrar episódios do passado, nomeadamente, no tempo do Presidente Santana Lopes, quando algumas vezes, e não era muitas, que ele não estava na Assembleia Municipal, logo havia duas vozes, o Miguel Coelho e o Dias Baptista, que se levantavam a protestar contra a falta do Presidente da Câmara. E se o Presidente da Câmara faz falta Todos os dias, também, faz falta hoje, e faria falta especialmente por hoje naquilo que tentarei dizer. E aquilo que quero aqui, hoje, dizer dirige-se especialmente ao Senhor Presidente da Câmara que creio, com certeza, não estando cá, ouvirá e será transmitido aquilo que, eventualmente, for relevante o que aqui for dito por mim.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara vem de um mandato em que era Vice-presidente já, embora muitas pessoas diziam, e algumas disseram, que era de alguma ilegitimidade ele assumir o lugar de Presidente, e não há dúvida que ninguém ficou espantado com aquilo que aconteceu, porque desde o princípio que se percebeu que a finalidade da eleição do Dr. Fernando Medina como Vice-presidente é que ele viesse a ser Presidente já que se previa com quase 100% de certeza que o Dr. António Costa sairia a meio do mandato. E assim aconteceu, portanto, não há que ter surpresas.-----

DRAFT

----- Mas aquilo que eu queria, aqui, referir tem a ver com a sorte, com a felicidade, com aquilo que lhe caiu nas mãos de uma forma espantosa que transformou o seu Executivo, o seu mandato, ou está a transformar o seu mandato, num mandato muito facilitado. Tanto mais facilitado se compararmos com mandatos anteriores, onde as limitações financeiras eram enormes, onde a capacidade de endividamento era quase impossível. Eu recordo-me por exemplo, do mandato do Professor Carmona Rodrigues, onde era impossível recorrer aos financiamentos, em que havia uma angústia nos pagamentos. Logo a seguir, endividou-se a Câmara com uma abertura aos créditos, com empréstimos que vieram resolver muitos problemas, e ainda bem, vieram resolver muitos problemas que a Câmara tinha, anteriormente. -----

----- Mais ainda, o Governo, o tão odiado Governo anterior foi altamente generoso para este Executivo, foi generoso ao atribuir-lhe condições únicas em termos daquilo que foi o apoio do Governo ao Município de Lisboa. -----

----- Se há situações, eventualmente pode haver uma crítica, e acredito que haverá sempre, porque a relação entre o Governo Central e os Governos Locais nunca são coincidentes, os interesses nunca são coincidentes, há de facto aqui, em relação àquilo que foi o apoio do Governo ao Município de Lisboa, uma grande abertura em muitas situações, e isso trouxe à Câmara, ao Executivo Municipal, mais desafogo político, mais dinheiro, mais capacidade de intervir. -----

----- Depois houve também, um fenómeno importante, em termos daquilo que é o desafogo financeiro que foi o aumento brutal de impostos municipais que foram feitos à população de Lisboa. Dirá o Vereador Saraiva, com certeza, que esses impostos, e que essa situação, é igual em todos os municípios, ou parecida, e no ranking da Área Metropolitana de Lisboa, a Câmara até ocupa um lugar privilegiado em termos dos municípios que favorecem a população. -----

----- Mas o problema é que o Vereador Saraiva compara aquilo que é incomparável. Comparar um Município como Lisboa que é uniforme, que tem uma única unidade urbana, com municípios que têm descentralidade urbana, dispersão urbana, e que para além disso, o fornecimento de água é feito através de serviços próprios, e não como a Câmara de Lisboa que é a EPAL que nos fornece, portanto, não tem custos. Portanto, essas Câmara têm custos adicionais com todos os desperdícios que a distribuição da água acarreta, e isso é muito importante, além disso, meus caros colegas e Vereadores, comparar a qualidade de serviço de saneamento e limpeza de Oeiras com Lisboa, é comparar aquilo que seria o vinho de lote com o vinho especial, não tem comparação possível. -----

----- Portanto, é admissível que esses municípios tenham, de facto, justificação para cobrar mais, não é admissível que a Câmara Municipal o tenha. E a Câmara de Lisboa cobrou de forma abrupta na medida em que, também, esses municípios foram paulatinamente aumentando os impostos, enquanto a Câmara aumentou de um ano para o outro, num salto brusco naquilo que são as responsabilidades dos próprios municípios. -----

----- Mas isto foi, de facto, uma situação favorável, uma situação que acarreta boas condições para que este executivo tenha um bom desempenho. Ele tem um bom

DRAFT

desempenho em algumas áreas, ainda, ontem, tive a oportunidade de elogiar verdadeiramente a intervenção do Senhor Vice-presidente em relação à tentativa de compatibilização daquilo que é a vida lisboeta com o sossego das pessoas. Acho que tem sido feito um esforço, que vem do mandato anterior, mas é de louvar sempre que isso é feito. -----

----- Também na área do desporto, também algumas iniciativas são louváveis, a Inês Drummond que falou naquilo que é a atividade desportiva de Lisboa, e que lembra um outro passado, e de facto, há um retomar de uma atividade desportiva que lhe é reconhecida. -----

----- Mas, o Senhor Presidente da Câmara tem essa facilidade toda. Tem, depois, algum jeito, alguma habilidade, é uma pessoa inteligente, é ainda bastante novo, e com a comunicação social a ajudá-lo de uma maneira eficaz, permanente, ainda com a ter auditórios públicos razoáveis, além disso, é o único ator da Câmara de Lisboa, não pondo em causa o exercício e a capacidade de intervenção dos Senhores Vereadores, o único ator verdadeiramente conhecido no Município de Lisboa é o Dr. Fernando Medina, mesmo aquele Vereador que era aquele que fazia falta, desapareceu em combate, nunca mais ninguém falou nele, parece que já não existe, quando nos primeiros mandatos era uma pessoa interventora, falava-se muito no Vereador Sá Fernandes, agora, olha vimo-lo hoje que é uma coisa rara, raramente ele aqui aparece. A única pessoa que realmente disputa o palco com o Dr. Fernando Medina é, em boa parte, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que tem uma intervenção forte e que tem, de alguma forma, manifestado uma imagem forte junto da população. -----

----- Ouve-se, em muitas iniciativas, às vezes não gosto muito mas ouve-se em muitas iniciativas que ela tem transformado de alguma forma, aquilo que é a intervenção da Assembleia Municipal. -----

----- A Assembleia Municipal e este Executivo tem outra vantagem que eu dou de barato e, reconheço, tem o melhor Grupo Parlamentar desde que eu estou aqui, ligado à Câmara e à Assembleia. Não há dúvida de que é o melhor grupo, mais trabalhador, mais conhecedor, mais interventor que, de facto, eu não tenho dúvida, e digo isto com toda a consciência porque é um reconhecimento que faço e, garanto-vos que faço de muitos anos atrás. -----

----- Portanto, tudo são vantagens para que esta vereação atinja no final do mandato, um grande resultado. Agora vamos ver quais são as desvantagens. -----

----- Portanto, aquilo que era fundamental para a cidade de Lisboa era reabilitar, naturalmente, a cidade, mas reabilitar e reabitar. Era essa questão que era posta todos os dias, em todas as campanhas, em todos os documentos que eram escritos relativamente àquilo que eram as intenções, os desejos e as ambições dos responsáveis pela Cidade de Lisboa.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, alertou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, eu pedia para abreviar pois está no final do seu tempo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, continuou:-----

DRAFT

----- “Eram essas as intenções. E o que é que aconteceu? Há alguma reabilitação que tem sido feita, mas tem havido um despovoamento permanente naquilo que é a Cidade de Lisboa. -----

----- Em relação a outro desígnio também importante que era a mobilidade. A mobilidade beneficiou-se em alguns aspetos, mas prejudicou-se em muitos. -----

----- Eu recorro que em 2007, foi lançada a iniciativa da rede de bicicletas partilhadas, ou seja, o uso de bicicletas como transporte normal como acontece em Paris e outras cidades. Até hoje, zero. Foram sucessivos os lançamentos de concursos que foram feitos, foram sucessivas as abordagens, foi até posta a EMEL a ser ela a tomar a iniciativa, e até hoje, nada. Porquê? Porque desde o princípio que este problema é equacionado de forma errada, e se houver perguntas sobre essa matéria, eu tenho muito gosto em dizer como é que poderia ser equacionado de forma correta. -----

----- E penso que não há mais benevolência da Mesa, eu teria mais algumas coisas para dizer, e termino a minha intervenção desejando a todos muita sorte.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Poderá ter mais tempo se alguém lhe fizer alguma pergunta da parte do Plenário. -

----- Pergunto se algum Senhor Deputado quer fazer alguma pergunta ao Senhor Deputado Vítor Gonçalves, para ele ter mais tempo? Ninguém o faz, portanto, ficamos por aqui, e terminámos a declaração política do Senhor Deputado Vítor Gonçalves. -----

----- Vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, apresentou a seguinte declaração política: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Imprensa, Público. -----

----- No passado 19 de Abril trouxemos a esta assembleia municipal a Recomendação *Declaração Simbólica de Lisboa como “Município Livre de TTIP”* que mereceu a oposição do PNP, PSD, CDS e, do PS com a justificação - e passamos a citar “ (...) *para além de estar fora das competências municipais, é preciso perceber que (...) Quando houver um texto final, os governos e os membros do Parlamento Europeu vão ser os decisores da entrada em vigor, e da aprovação ou não, deste Tratado.*” -----

----- Com todo o respeito, compreendemos esta posição que aliás coloca em evidência “o sacudir do capote” tão próprio da generalidade dos portugueses. Contudo meus caros colegas deputados, a Europa somos nós e é da vida de cada um nós que estamos a falar. -----

----- O que a seguir a este dia aconteceu veio mostrar mais uma vez que não podemos demitir-nos do direito à informação, do direito de tomar parte da decisão, de emitir opiniões e o direito a agir quando os representantes dos representantes, dos representantes decidem colocar acima dos governos, dos povos e do planeta, os interesses das grandes corporações sejam americanas, sejam europeias, como é o caso do TTIP. Mais do que um acordo comercial que ocupa apenas 4 capítulos de um total de 28, trata-se da conquista do poder pelas grandes corporações. -----

DRAFT

----- Mas voltando ao dia 19 de Abril. O que aconteceu depois deste dia?-----

----- Por entre a intensificação das manifestações contra o TTIP à escala mundial, no passado dia 2 de Maio o mundo inteiro teve acesso aos documentos tornados públicos pela mão da *Greenpeace* holandesa. Ficámos a saber que, estava a ser pensada a possibilidade do Parlamento Europeu não votar; que os governos pouco ou nada sabem sobre o Tratado que tem estado a ser negociado pela Comissão Europeia, e por fim pudemos de facto confirmar que este Tratado tem um forte impacto ao nível dos municípios, fazendo com que o EUROCITIES viesse já apresentar uma Declaração sobre a qual falarei mais à frente.-----

----- Sobre estes documentos tão polémicos, podemos dizer muito genericamente que se dividem em duas grandes partes: -----

----- 1. Uma parte dedicada ao conjunto das propostas comerciais, avançadas dos vários sectores abrangidos e que inclui o que se passou na última ronda negocial, sobretudo no tocante à "Cooperação Regulatória"; -----

----- 2. Uma segunda parte, cuja existência era completamente desconhecida, dedicada ao que chamam o *Estado do Jogo*. Esta colocou não só em evidência o que nunca foi dito publicamente sobre as negociações em curso, bem como a total subserviência que existe dos comissários face às exigências americanas; a intransigência destes face às propostas europeias e, o impasse total face a diversos dossiers fundamentais. -----

----- E porque é que os cidadãos, governos e deputados europeus não tinham acesso às negociações, e as corporações eram consultadas sempre que tinham de tomar decisões que colocavam em causa os seus interesses e os seus lucros? Porque é que estas empresas têm de lucrar à da destruição do planeta, das pequenas e médias empresas nacionais e da saúde pública de todos nós? Porquê? -----

----- E porque temos tanta relutância em agir? -----

----- Será porque andamos demasiado ocupados com outros assuntos e nem vemos que este vai mudar por completo a vida de cada um de nós e que tem de ser travado enquanto estamos a tempo? -----

----- Falar de TTIP parece algo muito distante de nós para além de muito chato e enfadonho. -----

----- Todavia, de tudo o que nos foi dado a conhecer através dos documentos tornados públicos, vemos facilmente que não só os piores cenários se confirmaram, como inclusive se confirmou o maior impasse existente nas negociações: a Harmonização das normas e regras europeias com as americanas, sendo que a tentativa de harmonização é pela nivelção com as americanas. Reparem só?-----

----- 1. Existem mais de 80 pesticidas nos EUA que são proibidos na Europa. Queremos harmonizar? -----

----- 2. Os frangos nos EUA são lavados com lixívia e na Europa é proibido. Queremos harmonizar? -----

----- 3. Quando importamos alimentos dos EUA, existe a obrigação de verificar a qualidade e conformidade dos produtos. Com o TTIP, a responsabilidade da inspeção transita para as empresas que exportam.-----

DRAFT

----- 4. Quando contraímos doenças por ingerirmos produtos contaminados, os tribunais investigam e chamam as empresas para apurar responsabilidades. Pois bem com o TTIP, é possível a empresa invocar a não divulgação dos componentes dos produtos, pela lei do segredo comercial, e perante isto nada mais acontece. -----

----- 5. Até recentemente os tratados eram negociados com base nas Listas Positivas. Os governos davam aos negociadores, as áreas comerciais para as quais o acordo era válido. Com o TTIP isto não é possível. Com o TTIP falamos de listas negativas, ou seja, os governos indicam as atividades económicas que querem ver fora do Tratado, ficando à mercê das Corporações todas as que não estejam lá claramente referidas incluindo todas as que ainda não foram registadas ou criadas. -----

----- 6. Outro exemplo. -----

----- Os americanos não querem reconhecer as marcas dos produtos dos países de origem. Assim sendo, qualquer produto português pode ser descaradamente e legalmente copiado e colocado no mercado mais barato para rebentar com as marcas originais. Sublinhe-se que não temos qualquer capacidade para concorrer com uma economia de escala como a americana pelo que uma economia débil como a nossa será arrasada tal como aconteceu com o México com o Tratado NAFTA. -----

----- Caros colegas Deputados, temos de agir e fazer o que está ao nosso alcance. -----

----- Quando falamos de TTIP falamos igualmente dos seus efeitos ao nível local. Já há muito que eram conhecidas as preocupações com a gestão dos serviços e concursos públicos, e com o impacto ao nível dos municípios. -----

----- Com os documentos publicados, confirma-se que o TTIP não é só um tratado negocial entre a Europa e os EUA, cujos problemas de incumprimento seriam dirimidos entre estas duas entidades à escala macro. -----

----- De acordo com o referido nos documentos, os EUA podem colocar o município de Lisboa ou qualquer Junta de Freguesia, em tribunal, por incumprimento do Tratado e prejuízo dos seus interesses económicos. E que tribunal é este? Enganam-se os que pensam que são os nossos tribunais nacionais ou europeus. Não. Será no Tribunal de Proteção ao Investimento (ICS), previsto no TTIP e no CETA. -----

----- Outro dado interessante é que as corporações podem processar-nos mas o contrário não. -----

----- Como podem ver estamos perante uma avalanche de informação que nos “caiu em cima” sobretudo no último mês. Vivemos um momento de grande charneira no qual todos os cidadãos, empresas, instituições públicas e governos são convocados a estarem vigilantes e a agir. -----

----- Preocupada com esta situação, a EUROCITIES – Uma Rede de Cidades Europeias da qual Lisboa faz parte – fez sair no passado dia 25 do corrente, uma Declaração sobre o TTIP e futuros Tratados. Em conjunto com esta Declaração é igualmente publicado um outro documento – *Porque é que o TTIP importa para os Governos Locais – Resumo da Política para as Eurocities*. -----

----- Este documento, coloca em evidência como os governos locais não estão excluídos deste, e mostra uma forte preocupação com o impacto do TTIP nos municípios locais sobretudo no que concerne à preservação e gestão dos serviços

DRAFT

públicos, aos concursos públicos e à proteção do investimento e dos interesses dos americanos. -----

----- E avança com um conjunto de recomendações à Comissão Europeia e aos Estados Membros, das quais sublinhamos muito rapidamente as seguintes:-----

----- a) Os governos locais devem ser amplamente informados e envolvidos no processo de negociação, porque diz respeito aos seus cidadãos e porque o TTIP os afeta de forma direta e indireta;-----

----- b) Os governos locais devem ser especialmente consultados e notificados sobre as áreas das negociações que têm impacto direto sobre a sua política e autonomia. Neste momento são prioritárias as áreas: sobre os serviços, os concursos ligados às compras e a proteção do investimento; -----

----- c) No que se refere a estas áreas a Eurocities recomenda ainda que os governos locais devem obter respostas claras em relação a um conjunto de questões que vos convidamos a consultar. -----

----- Senhora Presidente e Mesa desta Assembleia Municipal, -----

----- Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, -----

----- Colegas Deputados de todos os grupos municipais, -----

----- Pensamos que estamos todos a viver um momento histórico único em que a única exigência que nos é pedida, é termos a coragem de nos unir e olhar além das nossas diferenças, para podermos agir e caminhar no mesmo sentido.-----

----- Diz-se que ser-se resiliente é ser-se capaz, perante a adversidade, de lidar com ela de forma flexível e sem perder o foco; ser-se capaz de evoluir positivamente na situação. -----

----- O Senhor Primeiro Ministro no debate quinzenal da Assembleia da República, de 13 de Maio, já mostrou abertura para discutir esta matéria e por isso colocamos aqui à vossa consideração a *Moção - Saudação e Voto de Confiança ao Governo pela posição de abertura à discussão na Assembleia da República do Acordo bilateral entre a Europa e os Estados Unidos – TTIP*. -----

----- Mostremos agora a nossa resiliência e juntemo-nos a Madrid e às mais 1500 cidades europeias aprovando a Recomendação que hoje trazemos novamente a esta assembleia, para que simbolicamente Lisboa se declare como Município sem TTIP. ---

----- Acreditamos que seis semanas volvidas, desde 19 de Abril, com tudo o que já conhecemos, esta Recomendação merece hoje a aprovação inequívoca de todos nós. ---

----- Entretanto, devo informar que na próxima Conferência de Representantes irei propor um debate temático relativamente a esta matéria. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra, apresentou a seguinte questão: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Caro Deputado Miguel Santos, podia-me clarificar o que é que o TTIP tem a ver com a Eurocities?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

DRAFT

----- “A Eurocities é uma rede de cidades europeias à qual Lisboa pertence, faz parte, e que fez sair no dia vinte e cinco do corrente uma declaração sobre o TTIP e futuros tratados. Em conjunto com esta declaração, é igualmente publicado um outro documento, porque é que o TTIP importa para os governos locais? Resumo da política para a Eurocities. Este documento coloca em evidência como os governos locais não estão excluídos deste, e mostra uma forte preocupação com o impacto do TTIP nos municípios locais, sobretudo, no que concerne à preservação e gestão dos serviços públicos, aos concursos públicos e à proteção do investimento e dos interesses dos americanos, e avança com um conjunto de recomendações à Comissão Europeia, e aos Estados Membros, das quais sublinhamos, muito rapidamente, as seguintes: -----

----- A primeira é que as cidades, municípios, portanto, o poder local, esteja excluído nestas chamadas listas negativas da própria discussão do TTIP, portanto, que não lhe seja aplicado as mesmas regras que ao TTIP; -----

----- Que os governos locais devem ser amplamente informados e envolvidos no processo de negociação porque diz respeito aos seus cidadãos, e porque o TTIP os afeta de forma direta e indireta. Os governos locais devem ser especialmente notificados e consultados sobre as áreas de negociações que têm impacto direto sobre a sua política e autonomia; -----

----- Neste momento, são prioritárias as áreas sobre os serviços, concursos ligados às compras e à proteção do investimento. No que se refere a estas áreas, a Eurocities recomenda, ainda, que os governos locais devem obter respostas claras em relação ao conjunto de questões que vos convidamos a consultar. -----

----- Ou seja, se a organização, se a rede europeia de cidades à qual Lisboa pertence, faz estas recomendações ao poder local e, indiretamente, a nós, será que nós vamos rejeitar esta possibilidade e ser mais americanos que os próprios americanos? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, apresentou a seguinte declaração política: -----

----- “Senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----

----- O PCP traz hoje à discussão nesta Assembleia a defesa da escola pública como um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado português. Após semanas de desinformação, de ataques de todo o género, vale a pena lembrar aqui o que, verdadeiramente, está em causa nesta matéria. -----

----- Uma das conquistas do 25 de Abril de 1974 foi a valorização de um modelo de escola assente na promoção de igualdade de oportunidades para todos, contribuindo assim para a concretização da democracia, entendida não apenas na sua dimensão política e partidária. A Constituição da República consagrou este modelo de escola, nomeadamente no seu artigo 75^a que determina que compete ao Estado a criação de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população; no mesmo sentido, a Lei de Bases do Sistema Educativo determina que é da responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino. -----

DRAFT

----- Após o 25 de Abril a Escola pública contribuiu de forma incontornável para o progresso e o desenvolvimento do país. No entanto, apesar desse progresso a Escola pública tem vindo a ser alvo de um ataque permanente ao longo dos anos, agravando-se de forma brutal nos 4 anos de governação PSD/CDS, visando a sua desfiguração e desvalorização. A opção de desresponsabilização do Estado, com cortes brutais no investimento público, bem como as políticas erráticas, têm tido forte impacto na degradação da Escola Pública. Tudo isto faz parte de uma estratégia mais geral do anterior Governo de privatização do ensino, levando as famílias a questionar e a duvidar da qualidade de ensino na escola pública, através da promoção da chamada “liberdade de escolha” que mais não é do que o favorecimento do privado e do negócio da educação. -----

----- Quando nos referimos ao desinvestimento na educação, os números falam por si: a troika impunha um corte de 380 milhões de euros na educação; o anterior governo cortou mais de 3.000 milhões, o que demonstra que esse desinvestimento resultou mais da agenda neoliberal da direita do que da ingerência estrangeira. No campo da educação, como em todos os outros, o governo foi muito mais além do exigido! -----

----- A ausência ao longo dos anos de uma política de alargamento da rede pública de ensino, conjugada com o encerramento de milhares de escolas, levou aos contratos de associação com Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, assumindo estes um carácter complementar de garantia do direito à educação onde não existia resposta pública. -----

----- O desrespeito pelo quadro legal que define inequivocamente o carácter complementar do ensino privado, relativamente ao ensino público, desviou alunos da Escola Pública para os colégios privados, e criou expectativas nos trabalhadores, alunos e pais, relativamente à continuidade do ensino privado financiado pelo Estado, que este não pode, nem deve assumir. -----

----- PSD e CDS, os mesmos que sistematicamente, para justificarem a sua oposição ao crescimento do investimento público, sustentaram a tese de que «os privados fazem melhor e mais barato», (note-se que o Guião da Reforma do Estado apresentado pelo governo PSD/CDS exclui a Educação das funções sociais do Estado), celebrou contratos de associação com escolas privadas, na maioria dos casos com disponibilidade da Escola Pública, com gastos superiores em 25.000 euros por turma aos da Escola Pública. -----

----- Assistimos nas últimas semanas a toda uma campanha sobre o desemprego docente e não docente que surgiria como consequência da não abertura de turmas de início de ciclo nas escolas com contrato de associação. Não deixa de ser curiosa a falta de preocupação com o emprego docente quando a convenção coletiva aplicada ao sector implicou um aumento da carga letiva em 20%, com o consequente despedimento em igual percentagem de docentes. Falta de preocupação também com o desemprego de 28.000 docentes que o anterior governo levou a cabo em quatro anos. Curiosa também a palavra de ordem “Defesa da escola, ponto.” Mas há que clarificar, não basta dizer “ponto”! Estamos a falar de que escola? Da escola inclusiva, da escola de todos e para todos, ou estamos a falar de uma escola só para alguns? -----

DRAFT

----- Sabemos que a preocupação do PSD e CDS não é, de facto, com os professores, ou com a qualidade de ensino. O objetivo visado é a obtenção de ganhos políticos a par da desestabilização em curso e repisar a ideia de que o que interessa é que o Estado assegure o serviço público, não importando se através de escolas públicas ou de escolas privadas, como se a lógica de funcionamento e os objetivos de uma e outras fossem os mesmos. -----

----- A existência de escolas com contrato de associação só tem razão legal para existir em situações de carência da escola pública. Mas, como bem disse o filósofo João Maria de Freitas Branco “uma evidência não é absoluta garantia da extinção da polémica”. Compete ao estado, aqui e em qualquer país democrático, assegurar o funcionamento da rede pública escolar, por forma a garantir a educação universal, gratuita e de qualidade. O estado deve também garantir o direito à existência do ensino privado, o qual deve cativar alunos em função de projetos educativos próprios e meritórios. A existência de escolas privadas não está posta em causa, podendo por elas optar quem o queira fazer, pagando os seus custos. O que não pode acontecer é essas escolas serem subsidiadas pelo erário público, acompanhado pelo desinvestimento, degradação e constrangimento da rede pública. O estado não pode financiar escolas privadas em zonas em que está assegurada a cobertura pela rede pública. Continuar a fazê-lo é imoral pois pomos nas mãos de interesses privados e seus negócios, a riqueza pública criada pelo trabalho da maioria dos cidadãos. -----

----- O PCP defende que se continuem a celebrar contratos de associação de acordo com as regras definidas em zonas onde a escola pública não tem condições de oferta, com um financiamento não superior ao que se faz por turma na escola pública, e com rigorosa verificação dos contratos assinados. -----

----- O PCP reafirma o empenhamento que sempre teve na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores da educação, estejam eles no sector público ou privado. -----

----- Senhores Deputados, defender a escola pública gratuita e de qualidade para todos é um imperativo ao qual, estou certa, nenhum Senhor Deputado poderá ficar indiferente. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra, apresentou a seguinte questão: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Eu gostaria de questionar, aqui, principalmente o primeiro e segundo ponto, segundo me parece, o que tem aqui escrito é que as escolas privadas não têm legitimidade e não moralizam, repor a legitimidade e moralizar eu julgo que é um bocadinho estar a chamar a quem tem as escolas privadas ou a quem fez um serviço público também, contratado pelo Estado, para o ensino, que não moraliza. -----

----- E o ponto dois, também acho que vem no mesmo sentido. Por isso, aproveito e fazendo a pergunta o que é que acha disto? Se isto é uma pergunta, tenho que a fazer. -

----- Aproveito para pedir a votação em separado do ponto um e dois, dos restantes pontos. -----

----- Obrigado.” -----

DRAFT

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado pela questão colocada. -----

----- Permita-me esclarecer melhor a situação, mas eu penso que o Senhor Deputado não me ouviu. Nós não somos, de modo nenhum, contra a existência do ensino privado, contra a existência de colégios privados. O que somos, sim, é contra a existência de escolas privadas com contrato de associação em zonas em que o ensino público tem condições para acolher todos os alunos. Portanto, este é um aspeto. -----

----- Eu não disse, aqui, também, em momento nenhum da intervenção, e muito menos isso está na moção, que apresentámos à consideração, que não haja escolas privadas com projetos educativos altamente meritórios, e que de facto moralizam, pois com certeza que sim, de acordo com os respetivos projetos educativos. -----

----- Portanto, o que realmente está em causa é o colocarmos o erário público ao serviço apenas de alguns, e o financiamento de um setor privado à custa dos impostos de todos nós. É só isso que está em causa. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Terminámos as intervenções políticas, e respetivos comentários, declarações políticas queria eu dizer, vamos, agora, colocar à vossa consideração os documentos que estão para votar. -----

----- Portanto, chamo a vossa atenção que temos um voto apresentado pelo PCP, **Voto da Saudação nº 1/109 – Dia Nacional das Coletividades, 40 Anos da Constituição da República e o Associativismo**, depois três moções, uma primeira moção do PCP sobre a Escola Pública, **Moção nº 1/109**, uma segunda moção que foi pedido para ser votado separadamente, os vários pontos da moção, creio eu, que foi o MPT que pediu, depois temos a moção do PAN, sobre o *TTIP*, e a moção do BE sobre o *Alojamento Local*. -----

----- Depois temos um conjunto de recomendações, a primeira do PAN, sobre o *TTIP*, a segunda do BE sobre a *Preservação do Parque de Monsanto*, e a terceira do PEV sobre a *Expansão do Metropolitano*. -----

----- Há, ainda, um documento que foi distribuído como **Recomendação nº 4/109**, do PS, que é relativamente ao *Alojamento Local*, e que foi admitido pela Mesa uma vez que tem a ver com o mesmo assunto da **Moção nº 3/109** e, portanto, sendo do mesmo assunto o Regimento prevê que se possam apresentar, até ao momento da votação, textos diferentes, embora o PS tenha apresentado isto sob a forma de recomendação, de qualquer maneira, o PS não tem mais nenhum documento para votar. Seja como for, aquilo que eu sugeria ao Partido Socialista, no texto da recomendação que já foi distribuída, creio eu, **Recomendação nº 4/109**, era uma alteração de redação uma vez que na parte deliberativa propõe que: “*a Assembleia Municipal na sua sessão extraordinária delibere realizar um debate temático...*”, ora o nosso Regimento implica que a realização do debate temático, quando é proposta, tem de ser acompanhada do formato, do calendário, enfim, de toda uma série de elementos que

DRAFT

não constam aqui, e portanto, o que eu sugeria para que não houvesse uma deliberação contrária ao Regimento, era uma alteração de redação no seguinte sentido: *que a Assembleia Municipal na sua sessão extraordinária delibere recomendar à Mesa a realização de um debate temático...etc..* -----

----- De facto, o Regimento permite que os partidos façam esta recomendação à Mesa, uma proposta à Mesa, e depois a Mesa trás à Assembleia a proposta desenvolvida da realização do debate temático. Era isto que eu propunha para não termos aqui um conflito com a questão, efetivamente, do nosso Regimento. Concordam todos. -----

----- Posto isto e dados os esclarecimentos, eu coloco à votação o voto, lembro que o **Voto de Saudação nº 1/109** tem uma pequena retificação que tem a ver com o nome da Confederação que não constava no voto inicial, e estamos a falar, naturalmente, da *Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto*, logo na primeira linha, é esse o aditamento que é feito e é essa a versão final que eu vou pôr à votação. **Voto de Saudação nº 1/109**, apresentado pelo PCP, *Dia Nacional das Coletividades, 40 Anos da Constituição da República e o Associativismo* (O **Voto de Saudação nº 1/109** fica anexado à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante). Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN e 6IND (PNPN ausente). O **Voto de Saudação nº 1/109** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- Passamos à **Moção nº 1/109**, apresentada pelo PCP, *A Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade é um Direito de Todos os Cidadãos e uma Obrigação do Estado Português* (A **Moção nº 1/109** fica anexada à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante). A votação será por pontos, vamos votar os **pontos 1 e 2**. Votos contra do PSD, CDS-PP e do MPT, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN e 6IND (PNPN ausente). Os **pontos 1 e 2** foram **aprovados por maioria**. -----

----- Vamos votar, agora, os **pontos 3 e 4** da **Moção nº 1/109**. Votos contra do PSD e do CDS-PP, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN e 6IND (PNPN ausente). Os **pontos 3 e 4** foram **aprovados por maioria**.-----

----- O CDS-PP irá entregar uma Declaração de Voto.” -----

----- (Declaração de Voto apresentada pelo CDS-PP): -----

----- “*Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram contra a moção em epígrafe, por considerarem ser um erro colocar a discussão no patamar de “guerra” entre escola pública e privada.* -----

----- *É importante que se avalie situação atual em detrimento de tomadas de posição fechadas e umbilicais como a que a Secretária de Estado já veio anunciar, afirmando que o assunto está encerrado. O caminho trilhado é o da prepotência, falta de diálogo e de frontalidade, e não se contemplaram as realidades concretas das famílias e das comunidades locais, nomeadamente as educativas que têm saber e experiência acumulados.*-----

----- *Ainda que os contratos de associação representem por turma, na generalidade, um gasto inferior ao que o Ministério despende por uma turma da pública, a*

DRAFT

prioridade devia estar nos projetos educativos em curso e que o Ministério, de forma cega, quer extinguir.-----

----- *Não há escolas melhores nem piores por serem públicas ou privadas, não há alunos de primeira e de segunda. Há projetos educativos a salvaguardar e essa devia ser a preocupação central do Governo.*-----

----- *As escolas públicas são, à semelhança das privadas e cooperativas, um ativo fundamental que devem ser geridas em função do modelo educativo e não de interesses corporativos e sindicais.*-----

----- *Não deixa de ser irónico que o PCP afirme pugnar por uma escola de qualidade, quando esse critério é excluído nas referências ao ensino particular e cooperativo. É a prova que o ataque do PCP é puramente ideológico, favorecedor dos objetivos da Fenprof, e orientado para uma estratégia contra a iniciativa privada e a liberdade de escolha.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou:-----

----- “E vamos pôr à vossa consideração a **Moção nº 2/109**, apresentada pelo PAN, *Saudação ao Governo pela Posição de Abertura à Discussão na Assembleia da República do Acordo Bilateral entre a Europa e os Estados Unidos* (A **Moção nº 2/109** fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante). Votos contra do PSD, abstenções do CDS-PP, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, MPT e 6IND (PNPN ausente). A **Moção nº 2/109** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Passamos para a **Moção nº 3/109**, apresentada pelo BE, *Pela Proteção do Direito à Habitação Face ao Alojamento Local* (A **Moção nº 3/109** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante). Votos contra do PS, 6IND, CDS-PP, abstenções do MPT e de 5 Deputados do PS, votos a favor do PSD, PCP, BE, PEV e PAN (PNPN ausente). A **Moção nº 3/109** foi **rejeitada**.-----

----- Temos, agora, a **Recomendação nº 1/109**, apresentada pelo PAN, *Declaração Simbólica de Lisboa como “Município Livre de TTIP”* (A **Recomendação nº 1/109** fica anexada à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante). Votos contra do PS, PSD, CDS-PP e PNPN, não há abstenções, votos a favor do PCP, BE, PEV, MPT, PAN e 6IND. A **Recomendação nº 1/109** foi **rejeitada**.-----

----- Passamos à **Recomendação nº 2/109**, apresentada pelo BE, *Pela Preservação do Parque Florestal de Monsanto* (A **Recomendação nº 2/109** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante). Votos contra do PS, PSD, 2IND e PNPN, não há abstenções, votos a favor do PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN e 4IND. A **Recomendação nº 2/109** foi **rejeitada**.-----

----- O CDS-PP irá entregar uma Declaração de Voto.”-----

----- (Declaração de Voto apresentada pelo CDS-PP):-----

----- *“Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram a favor da recomendação em epígrafe para a não realização de grandes eventos no Parque Florestal de Monsanto.*-----

----- *À semelhança da posição defendida no debate temático sobre o PFM, o CDS entende que o parque deve ser vivido e não invadido, ou seja, que o mesmo não deverá comportar eventos de grande dimensão sob pena de interferência com a fauna*

DRAFT

e flora do mesmo e porque o Município deve pugnar para que eventos desta magnitude se realizem noutras espaços da cidade com características próprias para o efeito. -----

----- *O CDS defende que o PFM acolha eventos de pequena e média dimensão sempre que respeitem a vivência e a diversidade local.* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Vamos passar à **Recomendação nº 3/109**. O CDS-PP pede a votação do **ponto 1** em separado.-----

----- A **Recomendação nº 3/109**, apresentada pelo PEV, *Expansão Futura do Metropolitano de Lisboa* (A **Recomendação nº 3/109** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante), vamos votar o **ponto 1** da **Recomendação nº 3/109**. Votos contra do PSD, CDS-PP e MPT, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PNP, PAN e 6IND. O **ponto 1** da **Recomendação nº 3/109** foi **aprovado por maioria**. -----

----- Passamos, agora, à votação dos restantes pontos da **Recomendação nº 3/109**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. Os restantes pontos da **Recomendação nº 3/109** foram **aprovados por unanimidade**.-----

----- Passamos agora à **Recomendação nº 4/109** apresentada pelo PS, *Alojamento Local na Cidade de Lisboa* (A **Recomendação nº 4/109** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante), com a redação alterada. Portanto, vamos separar isto em duas deliberações, a primeira é uma recomendação à Mesa, e a segunda é uma recomendação à Câmara. A **Recomendação à Mesa** é do seguinte teor: -----

----- “*Propõe-se que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere recomendar à Mesa a realização de um debate temático na Assembleia Municipal de Lisboa, sobre a temática do Turismo e Alojamento Local*”. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. A **Recomendação à Mesa** foi **aprovada por unanimidade**. A Mesa levará, agora, à Conferência de Representantes o desenvolvimento, enfim, do formato como habitualmente fazemos, para depois vir aqui uma deliberação formal sobre esta matéria, e aceitam-se contributos de todos os grupos municipais para o assunto. -----

----- O segundo ponto é uma **Recomendação à Câmara**: “*Recomendar à Câmara que a partir desse debate, procure implementar as medidas daí resultantes, com vista ao melhor funcionamento do setor e harmonia da cidade*”. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. A **Recomendação à Câmara** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Posto isto, terminámos esta parte dos nossos trabalhos.-----

----- Eu iria, agora, passar à apreciação da **Proposta nº 001/2ªCP/2016**.-----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 001/2ªCP/2016 – DEBATE TEMÁTICO “A ECONOMIA NA CIDADE E O TRABALHO – DIAGNÓSTICO E PERSPETIVAS PARA O FUTURO”, NOS TERMOS DA**

DRAFT

PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 39º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;-----

----- (A **Proposta nº 001/2ªCP/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra e na qualidade de relator do parecer da 2ª Comissão Permanente de Economia, Turismo, Inovação e Internacionalização, fez a seguinte apresentação:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- A 2ª Comissão, tendo recebido a proposta do PCP, e também, um complemento de proposta, uma proposta nova do PS, fez a reflexão coletiva sobre esta matéria e sobre a estrutura da organização deste debate “A Economia na Cidade e o Trabalho – Perspetivas para o Futuro”.-----

----- Propôs uma divisão em duas grandes sessões de discussão, e uma terceira reservada à discussão entre os Deputados.-----

----- Nestas propostas usou-se o modelo relativamente semelhante ao que já foi usado noutras áreas, já temos discutido com painéis, pelo menos, dois grandes painéis e de convidados sobre cada um dos assuntos, e um espaço de intervenção para o público e, depois, o encerramento dos trabalhos pela Mesa.-----

----- Portanto, estes modelos que vai realizar-se nas duas primeiras sessões, mantêm-se semelhante ao que já foi usado em outras áreas.-----

----- Neste momento, achamos que está em condições de ser aprovada a estrutura geral deste debate.-----

----- No entanto, em relação àqueles que possam vir a participar, o que existe, neste momento, na proposta podemos considerar como elementos indicativos de uma discussão que, ainda, devemos aprofundar em Conferência de Representantes. Naturalmente, o objetivo é haver uma maior diversidade de colaborações e participações e, ao mesmo tempo, um aprofundamento qualitativo das intervenções nesta área. Esperamos, com isso, criar condições para estimular a intervenção do público, uma intervenção alargada que para esta questão tão importante e determinante na vida da cidade.-----

----- Atendendo a esta questão que pensamos que seja relevante de conseguir o painel de colaboradores, ou de convidados a participar, a ser decidido definitivamente, pela Mesa e em Conferência de Representantes, fica uma outra questão que é qual é a oportunidade em tempo da sua realização?-----

----- Atendendo à complexidade e à necessidade de trabalho aprofundado das pessoas que forem convidadas a participar, nós sugerimos que seja agendado, não já, mas na segunda quinzena de setembro. Portanto, ter uma ideia de apontar para uma sequência, enfim, não muito alargada, mas de as três sessões serem em salva, uma sequência rápida, e não muito afastadas umas das outras, para manter o interesse e ser em tempo que permita que as pessoas convidadas preparem as suas intervenções que não são muito longas, mas que a preparem convenientemente, para poderem ser divulgadas no nosso *site*, no *site* da Assembleia Municipal e permita, de certo modo, ter uma intervenção de qualidade, também, do público.-----

DRAFT

----- São estas as duas sugestões, considerando que na primeira, a proposta reúne estruturalmente o que nós tínhamos decidido na nossa 2ª Comissão, e vai de encontro tanto às propostas do Partido Socialista, como à proposta do proponente PCP.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Naturalmente, esta indicação de que a lista final de oradores é sempre revista em Conferência de Representantes é obrigatória até porque, nós podemos pôr aqui nomes que podem não estar disponíveis, ou pode sugerir outras soluções e portanto, há sempre aqui alguma flexibilidade para equilibrar painéis, e é assim que temos feito sempre, mesmo que não fosse pedido, assim seria, também, esta vez.-----

----- Também é muito relevante esta chamada de atenção para a possibilidade de isto se realizar na segunda quinzena de setembro, o que significa que até ao verão poderíamos realizar, eventualmente, o debate temático da habitação que está premente, que já foi apresentado e, portanto, poderíamos organizá-lo no conjunto de sessões que se entender e iríamos preparando o trabalho e, enfim, para fazermos, isto, em setembro.-----

----- Sendo assim, há mais pessoas inscritas e vamos ouvi-las.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público presente.-----

----- Parece-nos importante, ao BE, esta discussão sobre a economia na cidade, do trabalho e das perspetivas para o futuro. Penso que muito há a discutir relativamente às alterações que houve, nesta matéria, na Cidade de Lisboa, e parece-nos que haveria de discutir o perfil do desenvolvimento económico a desenvolver na nossa cidade.-----

----- E portanto, há que fazer como está aqui colocado o problema do diagnóstico e apontar depois, as perspetivas em relação ao futuro.-----

----- Por isso, sublinho desta premência de discussão desta matéria em relação à nossa cidade, e ao interesse que isso tem para todos nós.-----

----- Por último, gostaria de, pese em muito que só fazemos isso na Conferência de Líderes, depois gostaríamos de apresentar também, alguns economistas que nos parecem bem para apresentar esta matéria, e também dois sindicatos que nos parecem importantes, um na perspetiva do setor exportador que tem a ver com o Sindicato dos Estivadores, que foram tão badalados esta semana, e estes meses que passaram, e que chegou a uma solução, esperamos, e em relação ao Sindicato dos Pescadores que eram um setor fundamental, aqui, na nossa cidade, que tinha um porto, que tinha a venda em lota, e tudo isso foi, de certa forma, ultrapassado. Se bem, ou mal, era uma questão importante de ser discutida, se ainda poderá perspetivar alguma coisa a bem da nossa cidade porque temos um rio com esta imensidão, e uma pesca que está à nossa espera. Acho que era importante, pertence ao setor primário, na forma tradicional de colocar, e nos parecer importante ver o que há a fazer em relação a esse setor quando se dá tanta importância ao mar como fator estratégico para a nossa cidade e para o nosso

DRAFT

país, e seria importante convidar este sindicato para se pronunciar, igualmente, sobre esta matéria.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Eu só pedia que, depois, me fizesse chegar a lista das entidades que sugeri para não haver esquecimento. De qualquer maneira, introduzimos depois, na lista de entidades a convidar.-----

----- Vamos, agora, pôr...esperem há mais uma pessoa inscrita. Peço desculpa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público presente.-----

----- A proposta de debate temático “A Economia na Cidade e o Trabalho – Perspetivas para o Futuro”, merece todo o nosso apoio. Em boa hora, o Grupo Municipal do PCP propôs este debate que em nosso entender se reveste de uma enorme oportunidade.-----

----- Consideramos fundamental contribuir entre os limites da nossa capacidade de intervenção como autarcas para o desenvolvimento económico da cidade, e para promover o emprego.-----

----- Sabemos que o setor económico é o resultado complexo de fatores, da intervenção de muitos agentes económicos de empresas que as nossas capacidades de intervenção neste processo, são limitadas mas não ignoramos, também, o efeito catalisador que tem tido a ação do município, nos últimos anos, pelo desenvolvimento da economia na cidade.-----

----- Lisboa não é apenas, um destino turístico de excelência, é cada vez mais um centro de produção de conhecimento e de criação cultural, dotado de universidades e de centros de investigação que atrai estudantes e investigadores de todo o mundo, um polo de excelência para a localização empresarial.-----

----- Para termos um conhecimento mais aprofundado desta nova realidade e uma intervenção mais eficaz, é muito útil a realização deste debate de forma alargada e participada, tal qual está desenhado.-----

----- Saudamos a 2ª Comissão, o Senhor Presidente e todos os seus membros, pelo trabalho desenvolvido para densificar esta proposta de debate, e pelas sugestões que apresentaram nesse sentido, para o qual o Grupo Municipal do Partido Socialista também deu o seu contributo.-----

----- Lisboa é muito mais do que Lisboa, é uma cidade atlântica e global. A macro região de Lisboa, como foi dito recentemente, por um conhecido economista, constituiu um potencial de internacionalização mais relevante do território nacional.-----

----- Lisboa não está na periferia da Europa, está no centro do mundo atlântico.-----

----- A Web Summit que decorrerá em Lisboa, nos dias oito e dez de novembro, trará a Lisboa mais de cinquenta mil pessoas, de mais de cem países, nomeadamente, responsáveis, Startup’s, investidores, fundos de investimento e de capital de risco de

DRAFT

todo o mundo. Lisboa vai acolher a Web Summit que nos próximos três anos substitui Dublin havendo a possível de ser a capital da economia Web e da tecnologia para mais dois outros anos, até 2020. É uma oportunidade única, que tem de ser devidamente, aproveitada para afirmar a nova centralidade de Lisboa no quadro nacional, no atlântico, e na economia global.-----

----- Partimos para este debate com a enorme esperança que contribua para um olhar novo e ambicioso sobre as perspetivas para o futuro de Lisboa.-----

----- É importante que sejamos capazes de divulgar, devidamente, e de atraís esta casa da cidadania, todos que nela estejam interessados. -----

----- Não temos dúvidas de que será uma oportunidade para um confronto de perspetivas e de abordagens, muitas vezes divergentes, o que é bom e que permitirá abrir novos caminhos para o desenvolvimento da economia da cidade, da macro região em que se insere e do país e, simultaneamente, abrir novas possibilidades para criar emprego com qualidade e com direitos.-----

----- Estamos certos que todos iremos trabalhar para que, assim, seja. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, terminou o seu tempo, aliás. -----

----- Vamos pôr à votação esta proposta da 2ª Comissão, de 2016, do debate temático de “Economia na Cidade e o Trabalho – Perspetivas para o Futuro”. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPV e 6IND. A **Proposta nº 001/2ªCP/2016 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- Arranjámos mais trabalho para fazer, assim é bom, vamos, então, fazer este debate. -----

----- Muito obrigada Senhores Deputados, até de hoje a oito dias. Segunda-feira temos Conferência de Representantes, muito obrigada.-----

----- Peço desculpa, o Senhor Deputado Magalhães Pereira tinha pedido uma interpelação à Mesa, peço a vossa paciência, vamos naturalmente, ouvir, houve aqui uma discordância na forma como conduzimos os trabalhos, e o Senhor Deputado tem direito a fazer esta interpelação, e faça o favor de a fazer.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte Interpelação à Mesa: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- De facto, é nosso entendimento que a Mesa deve decidir de forma idêntica, em circunstâncias iguais. E foi isso que ocorreu. Há uma semana, exatamente, houve um grupo municipal que pediu alteração de voto porque tinha havido um erro durante a sessão, e a Senhora Presidente concedeu, não vemos razão para que não seja, exatamente, a mesma decisão, neste momento. -----

----- Houve um erro na votação do **ponto 1 (Recomendação nº 3/109)**, foi acordado entre nós que seria uma abstenção e por erro foi definido voto contra, e é isso que nós queríamos poder alterar, e não outra coisa. É uma questão de princípio.-----

----- Muito obrigado.” -----

DRAFT

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----
----- “Muito obrigada Senhor Deputado, mas já agora dizia-lhe que foi pedido pelo seu grupo a alteração da votação e, portanto, quando o Senhor Deputado pediu para alterar, é uma segunda alteração à votação. Pois, o Senhor Deputado não estava na sala, mas aconteceu, votou-se uma vez e o seu grupo disse que não era assim, e tornou-se a votar a pedido do seu grupo, e depois a partir desta altura já não era possível estar aqui assim, neste desempate permanente, não era a 3/109? Peço desculpa, 2/109? Então peço desculpa, o erro é da minha cabeça que estou a confundir as coisas. Peço desculpa. Ficou registada a sua intervenção. Era na altura que tinha corrigido a votação, agora assim, fica exarado em ata, Senhor Deputado ficará exarado em ata que o sentido de voto que o PSD pretendia era outro. -----
----- Muito obrigada.” -----
----- A sessão terminou, eram dezassete horas e trinta minutos. -----
----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----
-----A PRESIDENTE -----